



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

ERSON DOUGLAS PIRES CARVALHO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES
ENFRENTADAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO**

**PORTO NACIONAL - TO
2019**

ERSON DOUGLAS PIRES CARVALHO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES
ENFRENTADAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Superior de Licenciatura em Computação Campus Porto Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, como um dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Computação.

Orientador: MSc. Elvis Nascimento da Silva

**PORTO NACIONAL - TO
2019**

C331e Carvalho, Erson Douglas Pires

Educação inclusiva dos surdos: as diversidades e dificuldades enfrentadas em instituições de ensino de Porto Nacional/TO / Erson Douglas Pires Carvalho – Porto Nacional: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019. 73f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Curso de Licenciatura em Computação, Porto Nacional, TO, 2019.

Orientador: Prof º. Me. Elvis Nascimento da Silva

1. Inclusão. 2. Surdos. 3. Ensino básico. 4. Ensino superior. I. Carvalho, Erson Douglas Pires. II. Título

CDD: 371.9

ERSON DOUGLAS PIRES CARVALHO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES
ENFRENTADAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO**

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Professor MSc. Elvis Nascimento da Silva (Professor Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Profa. Esp. Bruna das Mercês Arruda da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Prof. MSc. Renato de Oliveira Bastos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

CONCEITO FINAL: _____.

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para
Minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre presente ao meu lado e ter me proporcionado chegar até aqui, aos meus pais Mara Ronize Carvalho Pires e Erisvan Carvalho, que sempre estiveram presente em toda minha carreira estudantil e sempre me apoiaram, proporcionando toda dedicação e paciência, contribuindo diretamente para meu sucesso, a minha mulher Stefane Dias Furtado que esteve sempre ao meu lado acompanhando o decorrer desse trabalho, ajudou-me quando era possível e me deu forças para quando necessário. Ao meu orientador, Prof. MSc. Elvis Nascimento da Silva, por todas as orientações e pelos incentivos e puxões de orelha ao longo desta jornada. Agradecimentos especiais a todos os professores e funcionários do IFTO – campus Porto Nacional que participaram da minha formação, e principalmente aos meus colegas de turma e todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram nessa caminhada e mais importante, que acreditaram na minha competência.

RESUMO

Essa pesquisa teve como principal objetivo analisar a inclusão, diversidades e dificuldades enfrentadas na rede pública de ensino de alunos surdos nas instituições de Ensino Básico e Superior de Porto Nacional - TO. A ferramenta metodológica utilizada, foi questionário semiestruturado de natureza qualitativa em que se buscou a perspectiva de alunos e professores. O público alvo entrevistado foi um total de 3 professores e 18 alunos, em 8 instituições distintas sendo 5 municipais, uma estadual e 2 federais. Com isto alcançamos as principais dificuldades dos alunos que são a de dialogar com os ouvintes e em disciplinas que envolvem cálculos, fórmulas e interpretação de gráficos como matemática, física e química pois contém símbolos diferente dos utilizados no dia-a-dia.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Surdos. Ensino básico. Ensino superior.

ABSTRACT

This research had as main objective to analyze the inclusion, diversities and difficulties faced in the public school system of deaf students in primary and higher education institutions of Porto Nacional – TO. The methodological tool used was a semistructured questionnaire of a qualitative nature in which the perspective of students and teachers was sought. The target audience interviewed was a total of 3 teachers and 18 students, in 8 different institutions being 5 municipal, one state and 2 federal. With this we reach the main difficulties of students who are to dialogue with the listeners and in disciplines that involve calculations, formulas and interpretation of graphs like mathematics, physics and chemistry because it contains symbols different from those used in everyday life.

Index Terms: Inclusion. Deaf. Basic Education. Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Censo Demográfico	13
Figura 2: Divisão das instituições.....	38
Figura 3: Surdos no ensino	39
Figura 4: Mudança de escola	39
Figura 5: Relacionamento com ouvintes.....	40
Figura 6: O que o surdo utiliza em seu dia-a-dia.....	40
Figura 7: Sente prejudicado em estudar juntamente com ouvintes	41
Figura 8: Disciplinas aplicadas no ensino médio	42
Figura 9: Interprete em sala.....	42
Figura 10: Comunidade surda	43
Figura 11: Contato com alunos surdos.....	43
Figura 12: Contato com alunos ouvintes e professores.....	44
Figura 13: Frequência biblioteca	45
Figura 14: Frequência outros recintos.....	45
Figura 15: Elaboração de conteúdo	46
Figura 16: Avaliação e correção de conteúdo	47
Figura 17: Participação aluno surdo	47
Figura 18: Contato surdo e dos ouvintes.....	48
Figura 19: Desenvolver estratégias diferentes.....	48
Figura 20: Interação professor/aluno surdo.....	49
Figura 21: Desenvolver conteúdo	49
Figura 22: Dificuldade em ensinar o aluno surdo.....	50
Figura 23: Recebimento de orientações	51
Figura 24: Desempenho aluno surdo	51
Figura 25: Intérprete na escola	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação precoce da surdez	21
Quadro 3: Unidades de ensino da rede municipal	36
Quadro 4: Unidades de ensino da rede estadual	36
Quadro 5: Unidades de ensino inclusivas da rede federal.....	37
Quadro 6: Sentimento professores	46
Quadro 7: Importância do intérprete.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

DREA – Diretoria Regional de Ensino

DA - Deficiência Auditiva

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo Geral	17
1.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Estrutura do Trabalho	18
2. CONHECENDO A SURDEZ.....	19
2.1 Inclusão do Aluno	22
2.2 Inclusão: como é? O que é?	23
2.3 Escola Inclusiva	24
2.4 Um Breve Histórico da Surdez.....	25
2.5 A Língua de Sinais e a Legislação	28
2.6 Formação de Professores na Educação de Alunos Surdos.....	32
3. METODOLOGIA	34
3.1 Tipo da pesquisa	34
3.2 Fonte de dados.....	34
3.3 Coleta de dados, Público alvo e Instrumentos utilizados	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5.1 Limitações da pesquisa.....	56
5.2 Trabalhos futuros.....	56
6. REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	62

1. INTRODUÇÃO

Tem sido um amplo desafio a inserção de alunos surdos no ensino do Brasil. Discutir sobre este assunto e como ele vem existindo, volta-se a uma crescente discussão sobre o tema da “inclusão”, a qual trata do respeito às diferenças e à participação de maneira igual dos cidadãos.

Minetto (2008, p.98), relata que a inclusão pode ser uma “faca de dois gumes”. Podendo ser excelente para o desenvolvimento de uns e angústias de muitos, se não possuir estruturação.

Com isto busca-se contribuir para uma discussão desse tema onde presente estudo está focalizado em demonstrar as adversidades sustentadas na inclusão de alunos surdos em sala de aula com o objetivo de debater o problema que envolve a inclusão do aluno surdo no ensino regular, EJA e Superior, esse estudo se propõe a analisar aspectos envolvidos em tal problema a partir da visão dos professores e os alunos surdos inseridos na Rede Pública no município de Porto Nacional – TO matriculados no ensino regular e na modalidade EJA.

O motivo para a execução desta pesquisa foi conhecer a realidade destes alunos e professores. Foi então estabelecido a realização de um questionário para se verificar se a inclusão está de fato contribuindo para o progresso social e intelectual do aluno surdo, visando a participação no universo escolar de forma a garantir uma educação de valor para esses alunos, assim como identificar os limites e possibilidades dos mesmos.

Segundo dados do IBGE Censo 2010 sobre a população surda do Brasil:

- 344.206 pessoas não conseguem ouvir de modo algum;
- 1.798.970 tem grande dificuldade;
- 7.574.150 tem alguma dificuldade.

Destes 9.717.326 apenas 66.140 estão no estado do Tocantins e estão divididos em:

- 1.976 pessoas não conseguem ouvir de modo algum;
- 13.232 tem grande dificuldade;
- 50.932 tem alguma dificuldade.

No município de Porto Nacional a população surda está dividida do seguinte modo:

- 126 pessoas não conseguem ouvir de modo algum;
- 356 tem grande dificuldade;
- 1747 tem alguma dificuldade.

Contudo os dados sobre a população surda não estão totalmente corretos, pois no Censo de 2010 ao contrário do que várias pessoas pensam, o IBGE não perguntou se a pessoa usa aparelho auditivo, se a pessoa usa Libras como meio de comunicação ou quanto decibéis ela consegue ouvir. Na pesquisa do IBGE, foi feita apenas uma pergunta aos entrevistados sobre deficiência auditiva “ **Tem dificuldade permanente de ouvir?** (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando) ”. Com as respectivas respostas: “Sim, não consegue de modo algum; Sim, grande dificuldade; Sim, alguma dificuldade; Não, nenhuma dificuldade. ” Como mostrado na Figura 1:

Figura 1: Censo Demográfico

6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)			
☐ 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	☐ 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	☐ 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	☐ 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE

Siga 6.16

Fonte: *Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*

Com isto pode-se observar que uma pessoa que ouve muito bem com aparelho auditivo marcou que não tem “nenhuma dificuldade” e está inserida na condição de um ouvinte, já uma pessoa que estava com um aparelho auditivo com alguma falha ou antigo, pode ter sido inserida como pessoa com deficiência auditiva severa e uma pessoa que perdeu o aparelho auditivo poderia marcar que tem “dificuldade permanente de ouvir” entretanto outra pessoa com exatamente a mesma condição poderia marcar que “não tem nenhuma dificuldade”, já que ouve com os aparelhos.

Apesar do Brasil ter várias leis para a inclusão dos surdos no ensino regular, EJA e Superior eles enfrentam dificuldades no aprendizado em sala de aula na rede pública de ensino no município de Porto Nacional?

Segundo Fernandes (2006), o movimento de inclusão tem como objetivo reconquistar todo aluno excluído, com a réplica de que a variedade na escola é um fator intensificador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, afirma que:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Atualmente a sociedade busca concordar com a diversidade e incluir os indivíduos antes por ela excluídos, procurando uma educação melhor para todos. Onde temos uma educação especial criada para atender específica e exclusivamente a alunos excepcionais. Mas para esta inclusão ser efetiva devemos conhecer o conceito de deficiência auditiva e surdez e saber sua diferença.

Para melhor compreender alguns termos, a definição de deficiência auditiva/surdez e diferente de acordo com o olhar do autor sobre o tema. Para Sales et al. (2010),

[...] o indivíduo com insuficiência auditiva é aquele em que sua percepção de sons não é tão efetiva na vida comum. Aquele do qual sua assimilação de sons ainda que danificada funciona com ou sem prótese auditiva, este é conhecido como deficiente auditivo.

Já Campos (2014) delimita a pessoa surda como:

[...] aquela pessoa que cujo aprendizado e por meio de contatos visuais, que é capaz de apoderar-se da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a permitir seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

Desta maneira, a definição de deficiência auditiva considera que uma pessoa que tenha alguma diminuição ou dificuldade auditiva tem uma incapacidade, por outro lado a definição de surdez considera que pessoa surda como aquela que tem apenas uma diferença de linguística sendo assim, uma diferença de cultura.

Alunos especiais como os surdos precisam de uma atenção maior em sala de aula e o acompanhamento de um interprete, isto muitas vezes ocasiona com que seja excluído em sala. O decreto federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes, isso significa que o aluno surdo precisa aprender a Língua Brasileira de Sinais – Libras como sua língua principal e a Língua Portuguesa como segunda língua e direito a um interprete que o acompanhe em sala, como podemos notar no artigo 23 onde se refere a garantia dos direitos à educação de pessoas com deficiência auditiva ou surdas diz:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Reconhecer isto é parte essencial no caminho da integração e principalmente, de inclusão onde o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento.

Com isto a presente pesquisa focou o assunto na categoria das necessidades especiais auditivas, pois educação de surdos tem virado alvo de muitas indagações, essencialmente quando se debate a inclusão desses alunos no ensino regular, EJA e Superior. Se deu importância a este tema pelo fato de poucos surdos estarem adicionados a este ensino na cidade de Porto Nacional e enfrentarem muitas contrariedades que atrapalham a aprendizagem, pois a necessidade de um interprete em sala de aula e segundo muitas escolas dizem que não tem condições de manter o aluno surdo, em especial no que se diz à aprendizagem da Língua Portuguesa, com ligação à leitura e escrita.

A rede pública de ensino no município de Porto Nacional conta com 01 (uma) Universidade Federal e 92 (noventa e duas escolas) ao todo, onde temos 54 (cinquenta e quatro) escolas municipais, 21 (vinte e uma) escolas estaduais, 16 (dezesesseis) privadas e 01 (uma) federal, sendo que somente 05 (cinco) municipais, 01 (uma) estadual e as 02 (duas) federais atendem o público surdo.

Apesar de o Brasil ter leis para se desenvolver uma sociedade melhor e com menos desigualdade e uma educação de qualidade para as pessoas surdas, percebe-se que ainda a um grande descaso para que haja esta inclusão de fato, pode-se notar esta grande quantidade de leis no Quadro 2.

Quadro 2: Leis sobre Libras e Surdez

LEI/ DECRETO/ RESOLUÇÃO	ANO	DESCRIÇÃO
Resolução nº 734	1989	(Trânsito)
Lei nº 8.160	1991	(Símbolo)
Decreto nº 2.592	1998	(Telefonia)
Decreto nº 3.298	1999	(Surdez)
Portaria nº 1.679	1999	(Acessibilidade)
Lei nº 10.098	2000	(Acessibilidade)
Lei nº 10.436	2002	(Libras)
Portaria nº 3.284	2003	(Educação)
Lei nº 10.845	2004	(Educação)
Lei nº 4.304	2004	(Legenda)
Lei nº 4.309	2004	(Educação)
Projeto de Lei do Senado Nº 180	2004	(Educação)
Decreto nº 5.626	2005	(Libras)
Prolibras	2005	(Libras)
Lei nº 11.796	2008	(Dia Nacional dos Surdos)
Resolução nº 25	2008	(Surdez)
Lei nº 12.319	2010	(Intérpretes)
Portaria Normativa MEC 20/2010 – DOU:	2010	(Libras)

Fonte: <http://www.libras.com.br/lei-de-libras>

Para Mittler (2001), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”.

De acordo com o autor está verdadeira transformação só acontecerá quando criar situações onde todos os alunos possam ser iguais com suas diferenças, pois a inclusão não trata-se apenas transferir o aluno da escola especial para a escola regular, ela requer uma mudança na mente e nos valores, para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está a celebração da diversidade.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12).

A escola deve conceder um ensino de qualidade, sem recusar qualquer pessoa que seja independentemente de cor, raça ou necessidade, mas na realidade isto é muito diferente.

A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu Art. 2º relata:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Neste ponto de vista, o presente estudo foi focado nos surdos do ensino regular, EJA e Superior, a relevância desse tema que se deu através da situação de vários surdos viverem incluídos no ensino regular, EJA e Superior e confrontarem muitas dificuldades que prejudicam a aprendizagem, principalmente no que se diz à aprendizagem da Língua Portuguesa, com ligação à leitura e escrita, pois para os mesmos a língua portuguesa não é a suma importância. Os surdos têm sua própria maneira de conversar e é através da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Segundo Silva (2010), a inclusão no ambiente escolar tem como objetivo pôr o aluno especial na escola regular, contudo, a escola continua da mesma forma, onde o aluno inserido que se deve ajustar a escola. Por outro lado, no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a dificuldade de cada aluno. E o sistema que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a inclusão, diversidades e dificuldades enfrentadas na educação regular, EJA e Superior de alunos surdos na rede pública de ensino no município de Porto Nacional, na perspectiva de alunos e professores.

1.2 Objetivos Específicos

- Mapear as escolas Públicas da Região;
- Identificar/quantificar os alunos surdos matriculados;
- Analisar as possíveis dificuldades, conflitos e benefícios vivenciados no processo pelos alunos e professores;

1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho foi organizado em cinco capítulos desenvolvidos através da seguinte estrutura: no primeiro capítulo temos a Introdução; logo em seguida, no capítulo dois, são discutidos o conceito de surdez, a inclusão do aluno surdo, um breve histórico, a língua de sinais e a legislação e pôr fim a formação de professores na educação de alunos surdos; no terceiro capítulo apresentamos a metodologia adotada para realização desta pesquisa: tipo de pesquisa, fonte de dados e coleta dos dados e o instrumentos utilizados; no capítulo quatro, temos os resultados e discussões; e, por fim, o quinto capítulo são feitas as considerações finais e a exposição dos trabalhos que vêm sendo planejados.

2. CONHECENDO A SURDEZ

Vigotski (2011) relata que escutar é tão normal quanto respirar, mas para algumas pessoas este ato tão comum não é possível. A história da educação de pessoas surdas é marcada por correntes filosóficas dissemelhantes, que devem ser bem assimiladas em seu momento histórico de forma a adicionar conhecimento para a construção de um projeto bilíngue.

Nós nos acostumamos com a ideia de que o homem lê com os olhos e fala com a boca, e somente o grande experimento cultural que mostrou ser possível ler com os dedos e falar com as mãos revela-nos toda a convencionalidade e a mobilidade das formas culturais de comportamento. (Vigotski, 2011, p. 868)

Com base nessas colaborações, consegue-se chegar a uma harmonia da importância de uma proposta educacional para as pessoas surdas sobre o aprendizado de duas línguas: a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como língua primária e a língua portuguesa, em suas modalidades oral e escrita.

Segundo o DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 A surdez consiste em uma perda bilateral, parcial ou total da percepção dos sons onde podemos verificar a existência de diversos tipos de surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição. Com isto no seu art. 5, inciso 2b diz que a “deficiência auditiva e a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; ”.

Segundo Rodrigues (2017), uma pessoa com surdez pode ser considerada:

- **Parcialmente surdo (DA)**

1. Surdez leve – pessoa que tem uma perda auditiva menor ou igual a quarenta decibéis. Essa perda faz com que o indivíduo não perceba de mesma maneira todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz baixa ou distante não é ouvida. Em geral, essa pessoa é considerada desatenta e solicita, constantemente que repitam pois não entendeu o que disseram.
2. Surdez moderada – pessoa que tem uma perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Essa perda limita a percepção das palavras, sendo necessário o uso da voz com certa intensidade para que seja convenientemente percebida. Esse indivíduo em geral, reconhece as palavras mais significativas, mas tem dificuldade em compreender alguns termos de relação e/ou formas gramaticais complexas.

- **Surdo**

1. Surdez severa – pessoa que tem perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. A pessoa pode reconhecer alguns ruídos familiares e poderá compreender apenas a voz forte. O seu entendimento verbal vai depender, em grande maioria, de sua capacidade para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.
2. Surdez profunda – pessoa com perda auditiva maior a noventa decibéis. Essa perda não permite que informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana seja ouvida o que o interdita de obter a língua oral. Ele geralmente usa de linguagem gestual (LIBRAS), esta perda não acarreta problema algum no desenvolvimento e aquisição da língua brasileira de sinais – LIBRAS.

Segundo o Portal Educação a uma grande dificuldade de identificação de alunos com alguma deficiência auditiva pois é mais difícil de identificar em pessoas mais velhas, cuja habilidade na linguagem é mais desenvolvida, apesar disto podemos identificar sinais na criança desde seu nascimento que auxiliem na identificação precoce da surdez, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Identificação precoce da surdez

Do nascimento aos 3 meses de idade	O recém-nascido não reage aos sons fortes;
	Não reage a um forte bater de palmas numa distância de 30 cm;
	O recém-nascido desenvolve-se normalmente nas áreas que não envolva audição.
De 3 a 6 meses	Não procura com os olhos de onde vem um determinado som;
	Não responde a fala dos pais;
	A criança só interage com os pais se a abordagem for visual.
De 6 a 10 meses	A criança não atende quando é chamada pelo nome;
	Não atende a campainha da porta ou a voz de alguém;
	Não atende frases simples.
De 10 a 18 meses	Não aponta objetos familiares ou pessoas;
	Não imita sons e palavras simples;
	A criança compreende quando é interrogada por gestos ou língua de sinais.
	Não obedece a instruções faladas, por mais simples que sejam;
	As primeiras palavras não se desenvolvem;
	A criança obedece a instruções dadas em língua de sinais ou por meio de gestos.
Dos 18 meses aos 3 anos e 6 meses	Não há aumento do vocabulário;
	A criança gesticula para manifestar necessidades e vontades;
	Observa intensamente os rostos dos pais enquanto falam.
3 anos e 6 meses a 5 anos	Não consegue localizar a origem do som;
	Não consegue entender nem usar palavras simples;
	A fala da criança é difícil de entender; a criança usa gestos para funções sociais.
Mais de 5 anos	Dificuldades em prestar atenção a fala, tornando-se dispersa;
	Não responde quando é chamada oralmente;
	Confunde direções ou não consegue compreender.
	Dá respostas erradas às perguntas formuladas oralmente;
	Não se desenvolve bem na escola onde não há apoio para o deficiente auditivo;
	Expressa-se confusa quando recebe ordem ou quando lhe perguntam alguma coisa oralmente.
	Substitui sons, omite sons e apresenta qualidade vocal pobre;
	Evita pessoas, brinca sozinha, parece ressentida ou irritada;
	Está sempre indisposta, parece inquieta ou tensa quando o ambiente linguístico não lhe é conhecido.

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fonoaudiologia/identificacao-de-criancas-com-dificuldades-auditivas/31742>.

2.1 Inclusão do Aluno

Percebe-se com o passar dos anos que podemos chamar de inclusão toda e qualquer atitude, seja ela política ou tendência por sua vez pretenda integrar as pessoas dentro da sociedade através de suas habilidades e sejam recompensados com incentivos que a sociedade tem a ofertar. “(...) compreender a surdez como diferença significa reconhecer politicamente essa diferença.” (SKLIAR, 1997)

A ideia de inclusão traz consigo muito mais que garantir a entrada de alunos com necessidades especiais em instituições de ensino, seu objetivo principal é de eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação dos alunos no processo educativo, pois como destaca Werneck (1997, p.58), "Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não."

É necessário refletir (...) em relação à construção de uma pedagogia visual, campo desconhecido pela maioria, levando em consideração a realidade do ensino, principalmente quanto à aquisição da linguagem e dos recursos didáticos do ensino às pessoas surdas no âmbito escolar. (CAMPELLO, 2007, p:128)

Com isto Campello (2007) ressalta que a LIBRAS surgiu com a função de facilitar a integração de pessoas com surdez, mas, no entanto, durante vários anos, a crença de que a ela dificultaria a aquisição da língua oral pelas crianças surdas e o despreparo dos profissionais que acolhem esses alunos fez com que a sua utilização no processo educacional não fosse aceita de imediato, assim prejudicando os alunos com surdez, pois para vários professores isso não é nada fácil, pois encarar a diversidade dentro de sala de aula e conseguir dar conta é um pouco árduo.

Mudanças nos parâmetros curriculares nacionais, mudanças nas leis de acessibilidade, mudança na universalização do acesso à escola, mudanças na obrigatoriedade do ensino, mudanças na passagem entre um tipo de escola quase sempre excludente e a fundação de outro tipo de escola que se pretende inclusiva, que se pretende para todos, etc. (SKLIAR, 2006, p.16)

Sanchez (2005) e Skliar (2006) relatam que no decorrer dos anos a inserção de disciplinas voltadas a inclusão de alunos especiais como a LIBRAS na grade curricular das licenciaturas é essencial, fazendo assim com que estes novos profissionais que antes não desfrutavam desse tipo de assunto ou não conheciam sobre pessoas com deficiência, agora já estão podendo se formar com um conhecimento básico. Falar sobre o processo de inclusão nos

faz discutir sobre os múltiplos aspectos da educação, ou melhor, a opinião dos educadores em relação ao processo de ensinar e de aprender, sobre o aluno que aprende e como ele aprende, entre outras condições onde percebe-se uma grande tendência por parte dos professores na procura por respostas a estas questões, principalmente quanto a importância do papel da educação formal escolar, bem como do papel que tem o professor neste processo. Sanchez, ao tratar da educação inclusiva afirma que:

Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do aluno como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos. (SANCHEZ, 2005, p.12).

2.2 Inclusão: como é? O que é?

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006)

A inclusão surgiu antes que ocorresse uma formação mais adequada para os professores, onde por sua vez conseguisse ter debatido melhor as questões que se referem a inclusão para que não houvesse o que hoje encontramos na maioria dos educadores: a barreira da não aceitação como afirma Mantoan (2002, p.18-21) “a inclusão escolar pegou a escola de calças curtas”, o professor se julga inapto para resolver os problemas oriundo no cotidiano escolar inclusivo, não que ele seja o vilão neste processo de inclusão.

A sociedade inclusiva almejada por todos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que todos têm o direito de estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos e aceitar as diferenças de cada um, pois ser diferente é normal. SILVEIRA (2014, p.14).

Como destaca Silveira (2014) a inclusão é maior que uma simples troca de espaços; é mais que falar que a educação especial é um sistema segregado e a escola regular é o local mais apropriado para onde todos deverão ir, sem exceção. Inclusão trata-se de mudanças, não a

alterações no sistema de ensino, e sim, a movimentos mais profundos que reflitam nas questões subjetivas dos professores, suas crenças e valores, de seu ponto de vista sobre “como” e “para quem” ensinar. Ela como se pode ver, não é apenas um fato, porta-se como um processo.

Toda criança tem direito a uma educação de qualidade como podemos notar na Declaração de Salamanca (1994, p.1)

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades; e
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Mantoan (in STOBÄUS e MOSQUERA, 2004, p. 27) descreve que:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral.

2.3 Escola Inclusiva

Destaca Fonseca (in STOBÄUS e MOSQUERA, 2004, p. 45) que:

[...] a escola assume-se como uma instituição social anti-discriminatória, na qual todos os estudantes, com ou sem problemas, integrados ou marginalizados, são acolhidos, na qual a exclusão é igual a zero, na qual todos podem se considerar proprietários dum bem social e dum sentimento comunitário profundo que é a inclusão total de todas as crianças na escola independente da sua diversidade biossocial.

De acordo ao MEC (2004) ao olharmos para a história da humanidade, percebemos com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem-sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui. Na educação este cenário, tem um papel bastante fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer

o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, onde a inclusão aconteça de forma a todos independentemente de cor, etnia ou deficiência. Pois como destacado no livro disponibilizado pelo MEC: “Escola – Programa de educação inclusiva: direito a diversidade” na sua 3ª versão de 2004, relata que:

- Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.
- Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.
- Escola inclusiva é aquela que reconhece cada aluno respeitando suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica sendo o aluno sujeito com foco central de toda ação educacional garantindo a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção de competências necessárias para seu o exercício pleno da cidadania. MEC (2004).

O autor enfatiza que para uma escola se tornar realmente inclusiva deve-se contar com a participação de todos os envolvidos no cenário educacional: diretores, professores e a familiares no qual cada aluno vive. Percebe-se também que as escolas públicas normalmente fazem parte de uma rede, o que sempre as mantiveram em situação de dependência administrativa, funcional e mesmo pedagógica, o que as limita na sua autonomia e são controladas sob mandatos.

Skliar (2006) afirma que essas dificuldades só poderão ser excluídas quando a escola tiver convicção que precisa mudar, assim promovendo alterações e construção de novas formas de convivências, no contexto educacional, levando em consideração o potencial e o interesse de cada aluno. Observando assim, que a construção de uma escola inclusiva provoca numerosas transformações no contexto educacional, são elas: de ideias, de atitudes e das práticas no que diz respeito as relações sociais tanto na esfera política, na administrativa, como na didática-pedagógica.

2.4 Um Breve Histórico da Surdez

Segundo Gesser (2009), “historicamente, a língua de sinais tem sido desprezada a uma condição de mímica. Vimos que a língua de sinais recebeu, tardiamente, o seu reconhecimento linguístico na década de 1960”.

Destaca o autor que por vários anos os surdos foram desprovidos de sua língua, viviam isolados e exilados pela sociedade de maioria ouvinte. Eram obrigados a ter o domínio da língua oral, a qual não era parte de sua realidade onde estudos expõem que o processo de educação dos surdos iniciou durante o século XVI na Europa, nos quais os primeiros educadores de surdos trabalhavam diferentes métodos de ensino, usavam da linguagem oral, leitura labial, linguagem escrita dentre outros.

Porém, aos poucos essa visão corriqueira e preconceituosa dos ouvintes foi deixando de ter forças essa pequena comunidade passou a lutar por seus direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), na qual podemos observar, em um de seus capítulos sobre a educação especial, o apoio e o encadeamento dos padrões para a inclusão do aluno com necessidade especial na escola regular. Desta forma, no capítulo V, na seção I artigo 59 dispõe que, “os sistemas de ensino iram assegurar aos alunos que tenham necessidades especiais os seguintes projetos-políticos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e preparo específico para atender às necessidades dos alunos surdos” (BRASIL,1996).

Em contrapartida, também se faz imprescindível que a escola de ensino regular esteja preparada para a inclusão do aluno que necessite de atenção especial. Como conseguimos observar na opinião de Barbosa (2008), “para que tais objetivos sejam atingidos, a escola precisa consolidar relação com as necessidades da escola, estando alerta para a exigência ética de desenvolver sua ação educativa além dos seus muros”. Pois acredita-se que a escola é um ambiente onde pessoas ocupam para melhorar o seu conhecimento e desenvolver a capacidade intelectual e, é neste ambiente que a pessoa consegue compreender e a respeitar as diversidades existente em cada um, e, deste modo, ser capaz de conviver coletivamente.

Bernarab e Olivereira (2007) afirmam que a história da Libras começa em uma viagem à França do então imperador Dom Pedro II, onde conhece o trabalho realizado por L'Épée no Instituto de Surdos de Paris e identificando que no Brasil não havia nenhum método voltado para a educação dos surdos, com isto, fez o convite ao professor francês Hernest Huet para atuar na educação dos mesmos, o qual teve um papel importante no surgimento da comunicação e educação dos surdos no Brasil. Não há relatos sobre a origem da Língua de Sinais, contudo frisa-se o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França, onde o abade L'Épée de mais ou menos sessenta anos fundou a primeira escola pública para surdos.

“Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguiram ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isola-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersa-los, para que não criassem guetos.” (SÁ, 2002, p.3)

Strobel (2009) diz que no Brasil a Língua de Sinais obteve espaço a partir de 1857, no qual Eduard Huet, um francês que tornou-se surdo aos doze anos veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para iniciar a primeira escola para surdos inicialmente conhecida como Imperial Instituto de Surdos Mudos, atualmente INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Porém, só a partir do ano de 1960, com o crescimento dos diagnósticos de surdez, que houve o maior número de pessoas interessadas em aprender LIBRAS. Pois com a sua fundação, os surdos brasileiros conseguiram então criar a Língua Brasileira de Sinais, que se gerou a partir da Língua de Sinais Francesa e das formas de comunicação usadas pelos surdos Brasil. É importante evidenciar que nem sempre ocorreu o aceitamento pelo uso da Língua de Sinais, que inúmeras foram às tentativas em volta da discussão sobre como educar os surdos, pois poucos se mostravam a favor do método oral (Uso da fala).

Legent (2005) ressalva que em 1880 no Congresso Mundial de Professores Surdos sucedido em Milão na Itália estabeleceu-se que todas as pessoas surdas necessitariam de ser educados pelo método oral puro, ou seja, sem o uso de nenhum sinal. Apenas no ano de 1896 a petição do Governo brasileiro, A.J. de Moura e Silva, que procedia como professor de surdos no INES encaminhou-se ao Instituto Francês de Surdos com a missão de ponderar esta decisão e obteve à conclusão de que o método oral não era eficaz para todos os surdos.

Goldfeld (1997) discorre que com o aparecimento da LIBRAS, o bilinguismo tornou-se um dos meios mais usado para o processo de ensino-aprendizagem, pois propiciava aos surdos desenvolverem a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais. Após a fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), pesquisas deslocaram-se para o Instituto de Psicologia da USP, para a elaboração do primeiro dicionário de LIBRAS, o mesmo veio a ser editado em 2001, passando a ser uma ferramenta fundamental na educação dos surdos. Após algum tempo, foi promulgada a Lei n. 10.436 no dia 24 de abril de 2002 onde a língua de sinais foi regulamentada como meio de comunicação e expressão da comunidade surda.

Conforme, Guarinello (2007) a pessoa surda não tinha a capacidade de se expressar e a audição era o meio possível para o surdo atingir o seu aprendizado, no passado não havia escolas especializadas para atender os surdos, os próprios ouvintes que se esforçavam para ensinar os surdos a ler e escrever.

Podemos notar que Capovilla (2005) traz discussões, onde compreende-se que ensinar a linguagem de sinais em escolas para os surdos é de suma relevância para que eles possam construir sua própria identidade e até mesmo para inter-relaciona-se dentro da comunidade surda.

2.5 A Língua de Sinais e a Legislação

Almeida (2013) ressalva que as línguas de sinais, ao oposto do que se acredita, não são universais, visto que existem a Língua de Sinais Americana, a Língua de Sinais Francesa, a Língua de Sinais Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), dentre várias outras.

Santana e Bergamo (2005, p.581) ressaltam que “a cultura surda, além da língua, é composta de literatura específica, sua própria história ao longo do tempo, história de contos de fadas, fábulas, romances, peças de teatro, anedotas, jogos de mímica”.

De acordo com os autores atualmente, a vários estudos sobre a cultura surda e a sua evolução, onde lutam por igualdade de condições e o que fica claro é que a sociedade mesmo que aos poucos começa a despertar o respeito à diferença cultural do surdo e desmascara a surdez que é vista desde a antiguidade como uma deficiência. Portanto, a história das Línguas de Sinais ainda tem vários capítulos a serem anotados, sejam eles escritos pelos Surdos, nos dias de hoje mais confiantes ou mesmo com a cooperação de ouvintes engajados na causa surda.

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que a utilizam. Como todas as línguas oralauditivas, não são universais, isto é, cada comunidade linguística tem a sua. Assim há uma língua de sinais inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras, e vários países, bem como a brasileira. (FERNANDES, 2003, p.39)

Observando Fernandes (2003) podemos notar a dificuldade dessa nova língua, onde necessitou-se de profissionais que ajudassem na educação dos surdos, participando de cursos para compreenderem a LIBRAS, desenvolvendo também o seu aprendizado da língua portuguesa através da língua brasileira de sinais, desempenhando um papel de mediador entre surdos e ouvintes. Os sinais criados pelos surdos ajustados por seus conhecimentos, foram sendo vinculados a conceitos que descomplicavam a construção gramatical dos sinais, hoje conhecida como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para Capovilla (2005), LIBRAS é:

É a língua natural dos surdos. A Libras como toda Língua de Sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua.

Já Quadros (2004), “A LIBRAS é uma língua visual onde se faz o seu uso pelas mãos, expressões faciais e corporais. É a língua natural usada pelas pessoas surdas”.

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais:

“Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

Diante destas afirmações, podemos observar que o seu reconhecimento legalmente assim como toda língua, a LIBRAS possui gramática específica e regras para que seja exercida de maneira correta, como o uso gestual das mãos. Atualmente, escolas buscam ter intérpretes para proporcionar a inclusão dos alunos surdos, porém, percebe-se para que haja uma verdadeira inclusão, é preciso que ocorram várias mudanças.

Nos últimos anos várias leis e recomendações que buscaram regulamentar aspectos da língua de sinais para propagar seu uso e garantir direitos à comunidade surda, como observamos no quadro 2:

- 2004: Criação da lei nº 4.304 que dispõe sobre o uso de recursos visuais “legendas” nas propagandas oficiais do governo;
- 2008: Elaboração da lei nº 11.796 onde é instituído que 26 de setembro será comemorado o dia Nacional do Surdo;
- 2010: Concepção da lei nº 12.319 no qual regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;
- 2015: Publicação da lei 13.146 que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é destinada a promover e assegurar direitos de igualdade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho etc.;
- 2016: Promulgação da resolução nº 667 que determina regras para o atendimento de pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações;

Pois para Mantoan (2004) Mesmo com seus avanços, a Libras não está totalmente conhecida e sendo usada entre os ouvintes. Seu status de língua oficial não é validado na prática. Para uma mudança nesse cenário preciso tratar a Língua Brasileira de Sinais como de fato nossa, defendendo-a e procurando aprender mais sobre ela. É interessante ressaltar que a LIBRAS não passou a ser usada somente para educação dos surdos, mas também por outras pessoas com inabilidade ou perturbação na fala que precisavam também da língua de sinais para serem entendidas. A aquisição desse idioma no contexto social brasileiro se faz necessário a todos, podendo ser desenvolvido com a presença dos surdos e ouvintes que desejam aprender e envolver-se em torná-la mais conhecida perante a sociedade contemporânea.

[...] como acontece em toda a língua, com a Libras também não poderia ser diferente, apresenta expressões que diferem de região para região (os regionalismos), mantendo a legitimidade de língua. Para se comunicar através dessa língua, existe [...] sinais a partir de combinações, movimentos, entre outros, que são realizados no momento da comunicação. (CAIADO, 2018)

Atualmente, a LIBRAS é reconhecida como uma ferramenta fundamental para a comunicação e educação dos surdos, libertando-os do analfabetismo e tornando possível uma maior inclusão e independência diante da sociedade. É necessário que o surdo seja respeitado como um sujeito completo. Apesar disso, durante vários anos, aconteceu a tentativa de normalizá-lo através do bilinguismo. Segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 588) “a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno.” Facilitando assim, sua inclusão desde a escola ao ambiente de trabalho.

Goldfeld (1997, p. 38) caracteriza o Bilinguismo da seguinte forma:

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país[...]os autores ligados ao Bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

Goldfeld (1997) destaca que essa tentativa foi impedida em consequência à resistência da cultura surda, que brigou pelo reconhecimento de sua língua particular, a Língua de Sinais. Porém, até agora, no ambiente escolar, o surdo suporta o fato de que a estrutura da sua língua natural escrita distingue-se da estrutura da Língua Portuguesa. Em muitos casos, quando o professor não compreende sua escrita, o aluno surdo pode sofrer algum preconceito, obtendo

até rótulos pertinentes a uma provável falta de dedicação e dificuldade de aprendizagem de sua parte. No momento em que o professor ouvinte sabe Língua de Sinais, pode comunicar-se de maneira adequada com seu aluno surdo. Porém, quando o professor do mesmo modo é surdo, além da equivalente comunicação, ambos possuem a mesma identidade, o que contribui para um entendimento ainda melhor entre professor e aluno. Assim o aluno vê na figura do professor um exemplo de adulto surdo e o professor surdo retrata uma perspectiva para o próprio futuro desse aluno. A inserção da Língua de Sinais no currículo das escolas para surdos é um sinal de respeito a sua diferença.

Conforme aborda Marchesi (2004, p. 171):

Os educadores refletiram sobre os processos de instrução e sobre as estratégias comunicativas mais adequadas à forma de aprender das pessoas surdas. As próprias pessoas surdas reivindicaram um papel em tais estudos e encaminharam a reflexão sobre sua própria experiência. Todos eles, de forma mais autônoma ou em equipes interdisciplinares, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a situação das pessoas com deficiência auditiva e sobre as estratégias mais adequadas para favorecer seu desenvolvimento e sua educação.

Segundo Marchesi (2004, p. 192)

É preciso reconhecer e respeitar a cultura das pessoas surdas, uma cultura que se baseia na linguagem de sinais e que se mantém graças às associações das pessoas surdas, uma cultura que deve ajudar na construção da identidade pessoal [...].

O autor ressalva que é vontade dos surdos que as escolas, dentro de sua cultura, os disponham para o mercado de trabalho e o meio social, trabalhando e desenvolvendo em aula fatos culturais característicos dos surdos, tendo por suporte a Língua de Sinais. Contudo, se pensarmos na atual educação de surdos, observamos que, mesmo depois de seu desenvolvimento, a somente um pequeno índice de participação dos surdos no ensino regular, EJA e Superior.

Cabe à escola conhecer as diferenças linguísticas de seus alunos, e, a partir delas, encontrar caminhos efetivos para a apropriação da linguagem escrita por todos eles, independentemente de suas peculiaridades específicas, como é o caso da surdez. (ALMEIDA, 2013, p. 109)

Para Almeida (2013) A luta pela inclusão educacional é contestada por vários surdos, pois continuam à sombra de professores ouvintes, dentre estes muitos não dispõem do domínio da Língua de Sinais. Mostra-se nesse caso uma exclusão referente à decisiva participação e à autonomia do aluno surdo em aula, mascarada pelo conceito de inclusão.

Córdula, (2013) destaca que o processo de ensino-aprendizagem, os desafios são de todas as ordens e níveis, vindo da variedade de personalidades, da educação em casa ofertada pelas famílias, dos talentos, dificuldades e problemas enfrentados por cada aluno que compõe a sala de aula.

2.6 Formação de Professores na Educação de Alunos Surdos

A formação de professores de alunos surdos tem bastante relevância e a cada dia ganha mais destaque, devido à necessidade de se discutir sobre a disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e como resultado intervém no processo ensino-aprendizagem oferecido a estes, cujo estão inseridos numa sociedade de maioria ouvinte, em contraparte são minoria, contudo existe uma grande necessidade de desmistificar essa situação, visto que o surdo era posto ao método oral. Justifica-se que a formação contínua dos professores deve ser uma obrigação dos sistemas de ensino que se destacam pela sua qualidade, devendo, assim, ser garantido suas competências, de maneira a elaborar e introduzir novas propostas e práticas de ensino (MANTOAN; PRIETO, 2006).

É vital entendermos que a formação inicial precisaria propor condições de um trabalho docente cômico, ou seja, não viver só de teoria, mas atribuir a construção do conhecimento com práticas para que consigam enfrentar os desafios do processo ensino aprendizagem. Saviani (2010) fala que a formação de professores deveria garantir uma profunda consciência da realidade onde irão trabalhar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os preparem a realizar práticas pedagógicas coerentes e condições apropriadas de trabalho que permitam ao professor atualização constante, manipulação coerente das atividades curriculares e o apoio às necessidades dos alunos, reexaminando e recriando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Segundo Silva e Rodrigues (2011, p.62):

[...] existe uma distinção profunda entre simplesmente aceitar e respeitar, e o processo de compreensão da diferença, que demanda das pessoas disposição e compromisso para trabalhar com o ser humano no sentido de contribuir com o desenvolvimento de um sujeito social, histórico e politicamente consciente. Não se trata de apenas acolher a diversidade, mas de compreender sua produção e complexidades na realidade de cada sujeito.

Silva e Rodrigues (2011) ressaltam que se faz necessário o respeito a sua diferença linguística e cultural para não rotular a surdez como uma patologia, buscando assim igualdade

de direito a todos através da educação, pois hoje vivemos em uma sociedade multicultural e multilíngue e é fundamental vivermos em igualdade e conviver na diversidade. A ideia de uma educação bilíngue é um assunto que instiga devido as discussões sobre a educação de surdos. O Professor além de aprender a adaptar o seu planejamento e o seu sistema de ensino também precisa visar para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações.

Segundo Machado e Lunardi-Lazzarin (2010), a formação de professores de surdos para a inclusão é um dispositivo de governamentalidade dos sujeitos-docentes, já que gera efeitos de verdades específicos nos discursos. No seu atual cenário, a formação docente vem com estratégia precisa na constituição de um corpo de sujeitos-professores interessados e sensibilizados nessa política. Entender que a formação do docente é necessária ser de uma forma constante e que o conhecimento seja gradual e sistêmico com perspectivas de inovar, vencer os desafios, pois a educação é um direito de todos. Percebe-se que a proposta de uma educação bilíngue para os surdos é recente ao olharmos a legislação, como também, as discussões teórico-metodológicas, sejam elas, por falta de pesquisa acadêmica, material didático e humano para disseminação de conhecimento e principalmente pela falta de interesse das pessoas que fazem o uso da língua majoritária.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo da pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso com uma abordagem de caráter quantitativo e qualitativo onde busca-se assimilação e compreensão sobre uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Para Yin (2001), Estudo de Caso é o método mais adequado para responder as dificuldades de determinado grupo e porque isso acontece, de modo a considerar uma unidade social como um todo.

Segundo Gil (2002) uma das características do Estudo de Caso é descrever o que é relevante em determinada população, para tal, é necessário o uso de técnicas que padronizem a constituição de dados a fim de sistematizá-la entre os indivíduos.

A pesquisa qualitativa se caracteriza, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), em não se preocupar “com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, proporcionando um melhor olhar e compreensão do problema abordado em questão. Ainda sobre esse tipo de pesquisa, Raupp e Beuren (2003) agregam que ela descreve as dificuldades de um problema através de uma análise dos fatos, compreendendo e classificando os fatores através de processos dinâmicos ocorridos, sendo profunda a forma de tratar o fenômeno estudado.

Já Creswell (2007) diz que uma técnica qualitativa é aquela onde investigador sempre faz suas alegações de conhecimento com base ou em perspectivas construtivistas (vários significados das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas participatórias (políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. A pesquisa qualitativa também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.

3.2. Fonte de dados

Considerando um grupo de alunos para a elaboração da pesquisa numa determinada condição, a surdez, foram convidados a participar da pesquisa as classes das escolas públicas do município de Porto Nacional onde estavam matriculados alunos surdos no Ensino Regular, no Ensino EJA ou no Ensino Superior.

A pesquisa investigou as condições oferecidas pela escola pública do município de Porto Nacional – TO para a inclusão de alunos surdos no ensino regular, EJA e Superior, assim como a formação e preparo do professor e intérprete para receber alunos com surdez em sua sala de aula.

3.3. Coleta de dados, Público alvo e Instrumentos utilizados

Para atingir o objetivo buscamos levantar, por meio de um questionário semiestruturado com perguntas objetivas baseado na escala de Likert (ou escala de resposta psicométrica) com cinco possibilidades de resposta: 5 – Ótimo; 4 – Bom; 3 – Regular; 2 – Ruim; 1 – Péssimo e subjetivas para o aluno expor melhor sua visão sobre o processo e de natureza qualitativa, a opinião dos professores (Apêndice “E” contendo 8 perguntas abertas e 13 perguntas fechadas), alunos (Apêndice “F” contendo 3 perguntas abertas e 3 perguntas fechadas) e em particular, o próprio aluno com deficiência auditiva (Apêndice “D” contendo 2 perguntas abertas e 17 perguntas fechadas) onde se guiou por cinco aspectos básicos, importantes à pesquisa educacional:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos;
 3. A preocupação com o processo é maior que com o produto;
 4. O significado de que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
 5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.
- (BOGDAN; BIKLEN, 1982, p. 32).

Foram levados em consideração também um levantamento documental sobre as principais leis que tratam da educação para os deficientes auditivos e o processo de inclusão do aluno com deficiência a uma escola realmente inclusiva, na qual é a escola que se adapta às necessidades desses alunos.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 2º, relata que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.19)

No primeiro momento antecedendo o processo de coleta de dados, procuramos verificar através de ofício junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional e a Diretoria Regional de Ensino - DREA quais seriam as escolas que trabalham com surdos no ensino superior/regular/EJA. Chegando assim foram encontradas as referidas escolas com a quantidade de alunos entrevistados, conforme Quadros 1, 2 e 3:

Quadro 2: Unidades de ensino da rede municipal

Unidade escolar	Modalidade de Ensino	Quantidade de alunos
Escola Municipal Celso Alves Mourão	Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA - Fundamental	2
Escola Municipal Professora Generosa Pinto de Castro	Ensino Regular e Ensino Fundamental	1
Escola Municipal Professor Deasil Aires da Silva	Ensino Regular, Pré-Escola (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental	1
Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes-Senhor Rió	Ensino Regular e Ensino Fundamental	1
Escola Municipal Maria de Melo Sousa	Ensino Regular e Ensino Fundamental	1

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Quadro 3: Unidades de ensino da rede estadual

Unidade escolar	Modalidade de Ensino	Quantidade de alunos
Escola da Policia Militar Unidade IX Custódia da Silva Pedreira	Ensino Regular e Ensino Fundamental	1

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Quadro 4: Unidades de ensino inclusivas da rede federal

Unidade escolar	Modalidade de Ensino	Quantidade de alunos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional	Ensino Regular Modalidade de Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico, EJA – Ensino Médio e Ensino Superior	1
Universidade Federal do Tocantins - Campus Porto Nacional	Ensino Superior	10

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Foram visitadas as unidades escolares para apresentação sucinta da proposta de pesquisa, primeiramente para os diretores e após para os professores e alunos que concordaram em participar do estudo. Foi realizada uma observação de campo para a constituição de demais dados sobre os elementos da realidade escolar do aluno.

A pesquisa permitiu o contato direto com o caso a ser estudado, possibilitando uma investigação aprofundada a respeito do ambiente pesquisado.

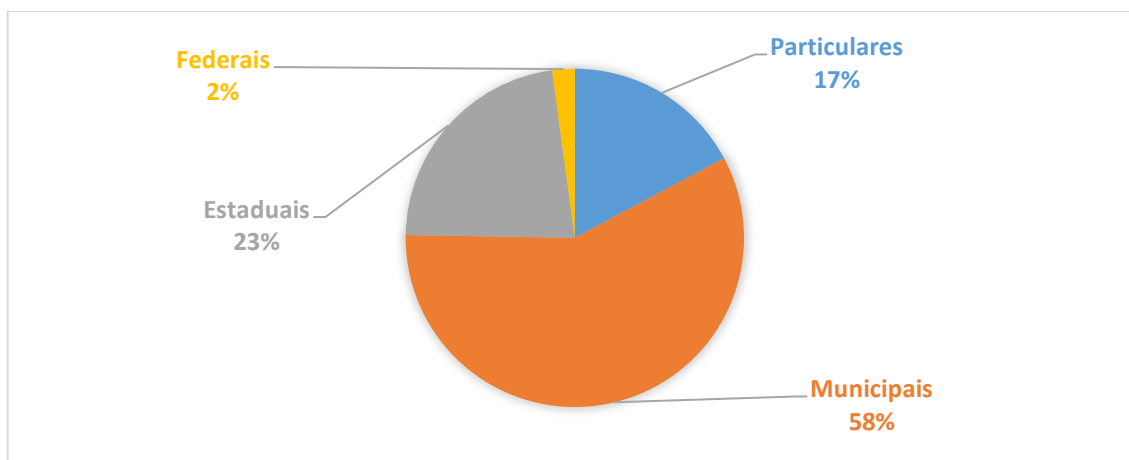
Foram entrevistados ao total 18 (dezoito) alunos com alguma deficiência auditiva, 06 (seis) deles na rede municipal, 01 (um) na estadual e 11 (onze) da rede federal de ensino.

Com as observações feitas percebeu-se que a maioria dos alunos da rede municipal de ensino fazem parte do ensino fundamental, com idade média de 7 anos, deste modo algumas alterações foram feitas, pois estes alunos não conseguiriam responder as perguntas a eles destinadas, com isto as perguntas a eles destinadas agora passaram ao interprete educacional que o acompanha, ou seja, há um intérprete para cada aluno.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

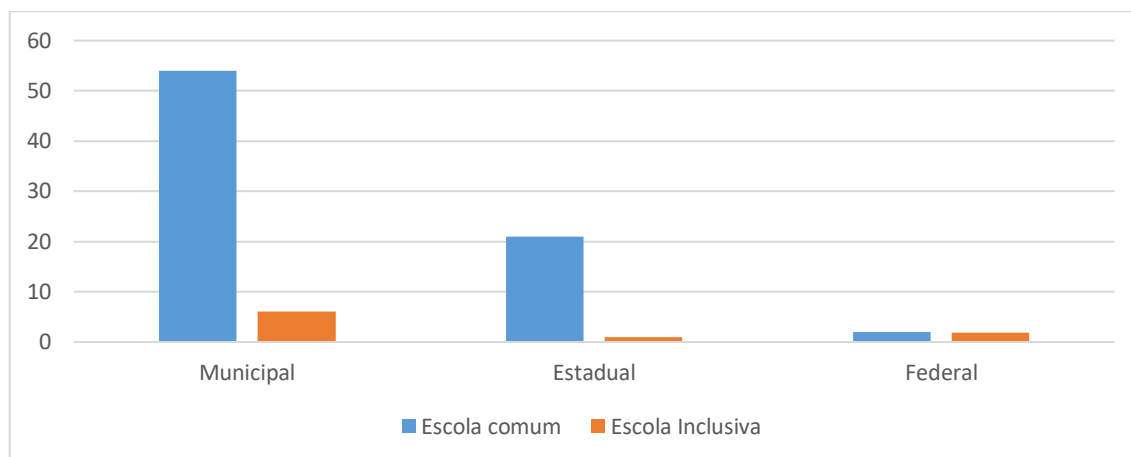
Os resultados coletados por essa pesquisa se deram através da aplicação de questionários com alunos da rede pública de ensino, tanto da educação básica quanto da educação superior no município de Porto Nacional – Tocantins. Com isto chegamos ao total de 93 instituições de ensino, sendo 58% municipais, 23% estaduais, 17% particulares e 2% federais como mostra a figura 2.

Figura 2: Divisão das instituições



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Mas ao nos depararmos com o ensino a pessoas com necessidades especiais, este número muda drasticamente, pois podemos perceber que somente uma pequena parte de todas as instituições de ensino atendem o público surdo, sendo que somente cinco municipais, uma estadual e duas federais atendem o público surdo, como podemos verificar na Figura 3.

Figura 3: Surdos no ensino

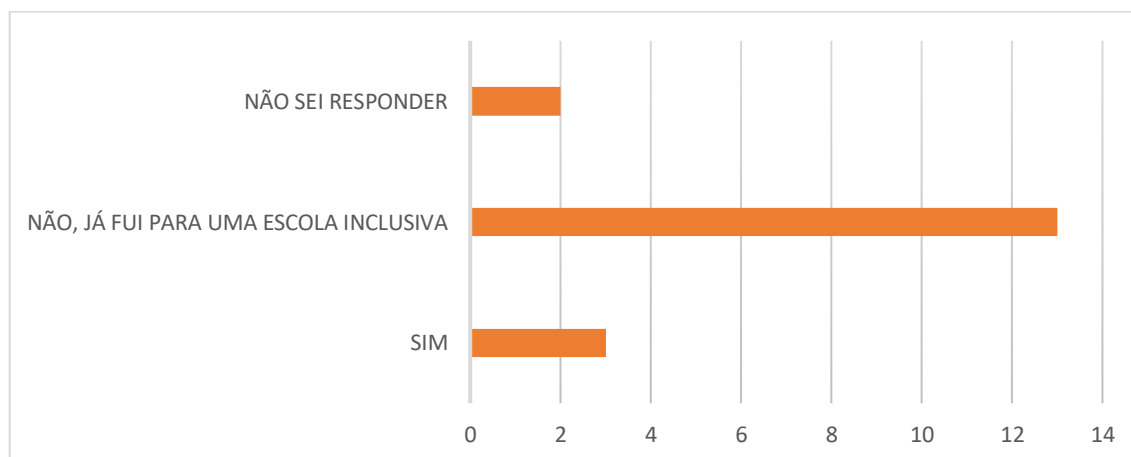
FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Pode-se perceber que a uma pequena quantidade de alunos tanto no ensino básico quanto no ensino superior, devido a isto foram adicionados alunos da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional, para complementar a pesquisa.

Os dados coletados em questionário para o aluno surdo contendo 19 (dezenove) perguntas sendo elas objetivas e subjetivas, após a aplicação dos questionários obteve-se os seguintes resultados:

Você mudou de uma escola especial para a escola inclusiva?

Pode-se observar que 2 não souberam responder, 3 disseram que mudaram para uma escola inclusiva e 13 já começaram seus estudos em uma escola inclusiva, como podemos observar na figura 4.

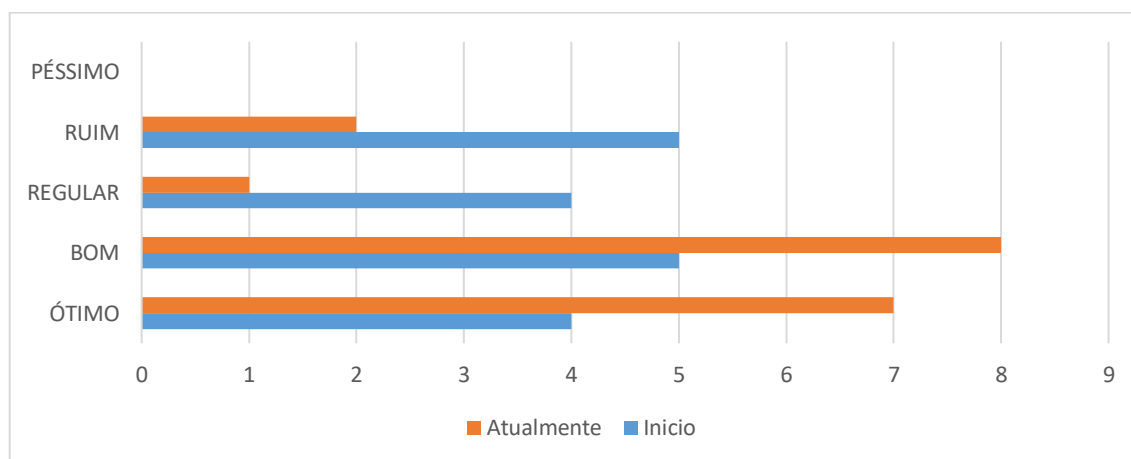
Figura 4: Mudança de escola

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A segunda e a terceira pergunta era quanto a seu relacionamento junto aos colegas ouvintes, ao iniciar os estudos e atualmente.

Podemos observar que em relação ao relacionamento com os colegas numa escola inclusiva melhora com o passar do tempo, no primeiro momento eram 9 que achavam ruim ou regular e atualmente são somente 3, como podemos observar na figura 5.

Figura 5: Relacionamento com ouvintes

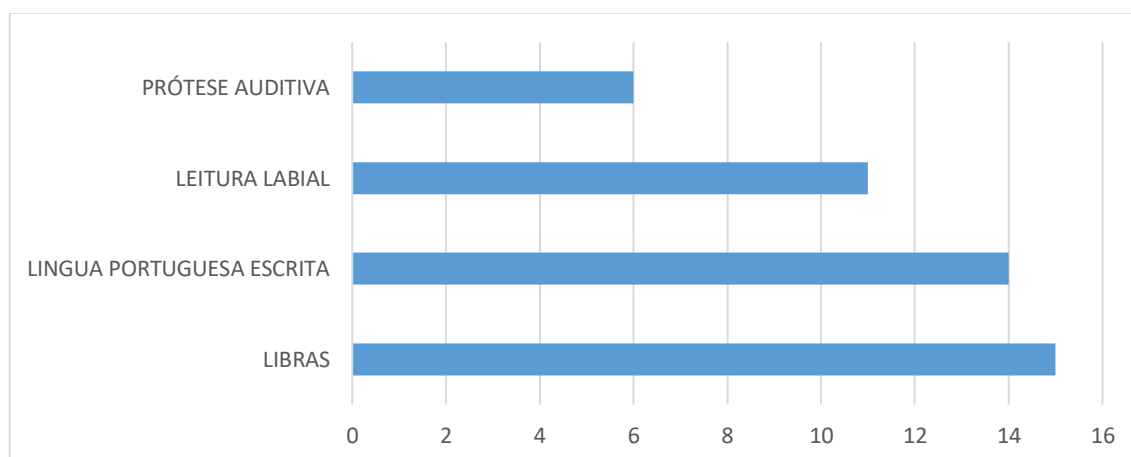


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A quarta pergunta se refere ao que o surdo conhece e utiliza no seu dia a dia.

Ao observarmos o gráfico, notamos que a grande maioria dos alunos da rede pública utilizam tanto a língua portuguesa escrita quanto a própria LIBRAS, como podemos observar na figura 6.

Figura 6: O que o surdo utiliza em seu dia-a-dia

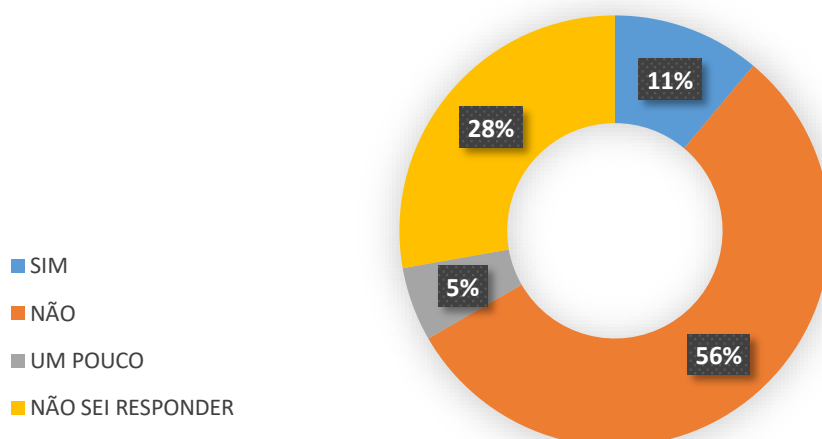


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

.Na quinta pergunta questionou-se aos alunos se eles se sentiam prejudicados por estarem em uma sala com maioria ouvinte.

Nota-se que a grande maioria 84% não se sentem prejudicado estudando com colegas ouvintes, apenas uma pequena parte 11% se sentem prejudicados e 5% se sentem um pouco prejudicados, como podemos notar na figura 7.

Figura 7: Sente prejudicado em estudar juntamente com ouvintes



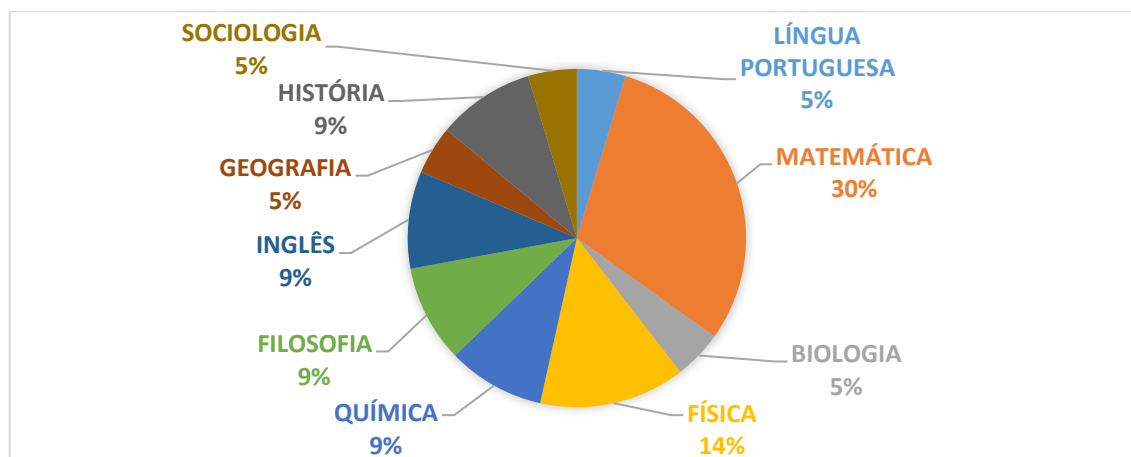
FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A sexta pergunta refere-se a alguma dificuldade encontrada pelo estudante ao viver a experiência de estudar junto a ouvintes em uma classe regular, aonde a maioria comentou que o diálogo com ouvintes é muito difícil, porque não tem conhecimento da língua Brasileira de Sinais a LIBRAS.

Na sétima e na oitava pergunta era qual ou quais disciplinas tinham dificuldade para aprender e qual/quais eram mais fáceis.

Nota-se que 30% dos entrevistados tem dificuldade em matemática, 14% em física, 5% em biologia, 9% em química, em filosofia com 9%, em inglês com 9%, em geografia com 5%, em história com 9%, em sociologia com 5% e em língua portuguesa com 5%, onde podemos observar que a matérias que envolvem cálculos (matemática e física) são mais difíceis para os alunos surdos como podemos observar na figura 8.

Figura 8: Disciplinas aplicadas no ensino médio

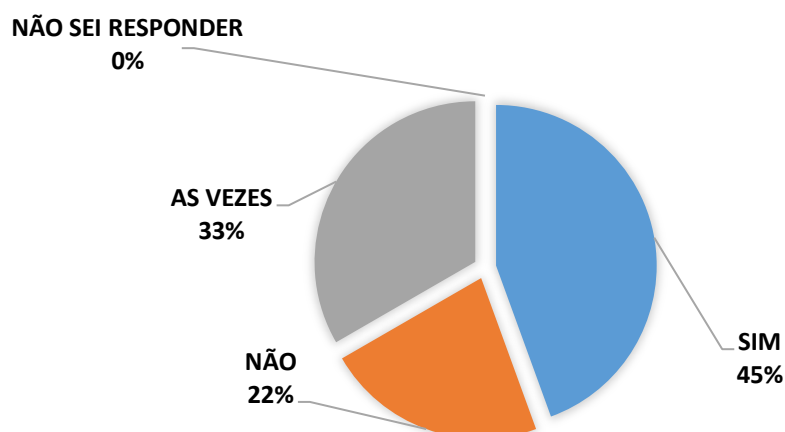


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na nona pergunta foi feito um questionamento sobre o intérprete em sala de aula, com isto foi elaborada a seguinte pergunta: Há um intérprete educacional que te acompanha durante as aulas?

Ao nos depararmos com a pergunta observamos que apenas 45% dos entrevistados disseram que o intérprete o acompanha, 33% dizem que as vezes e 22% dizem que o intérprete educacional não os acompanha durante as aulas como podemos observar na figura 9.

Figura 9: Interprete em sala

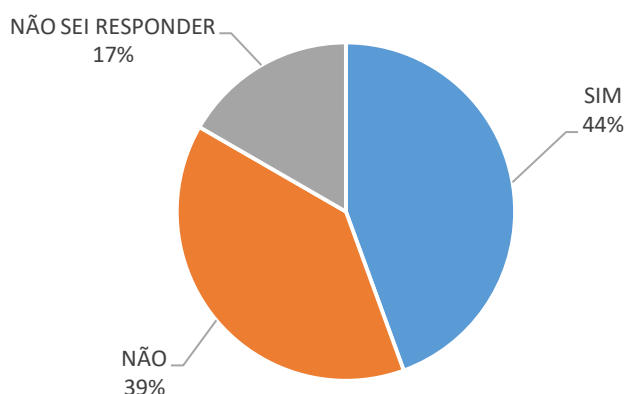


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na décima pergunta a questão foi elaborada para saber se o estudante surdo participa de alguma comunidade surda.

Ao questionarmos sobre este assunto podemos notar que apenas 44% participam de alguma comunidade surda, enquanto 39% não participam e 17% não souberam responder, com isto podemos observar que os surdos ainda buscam conviver entre se.

Figura 10: Comunidade surda

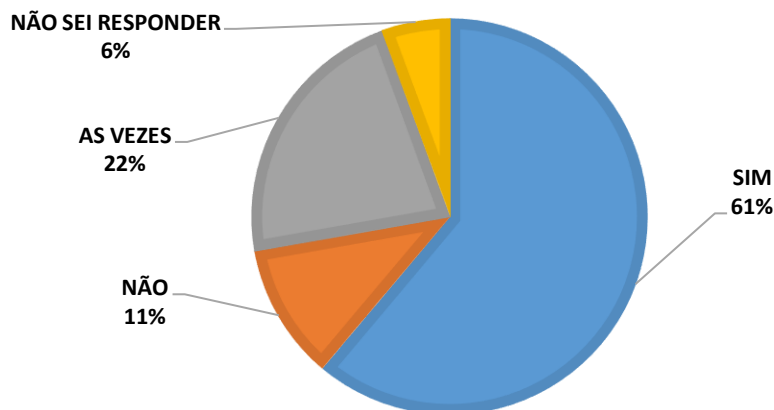


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na questão quinze foi perguntado ao aluno surdo o seu contato com os demais alunos surdos da sua instituição de ensino.

Como podemos notar, 61% dos alunos tem contato com os demais alunos surdos da sua instituição, 22% tem as vezes, 11% não tem contato e 6% não souberam responder como podemos observar na figura 11.

Figura 11: Contato com alunos surdos

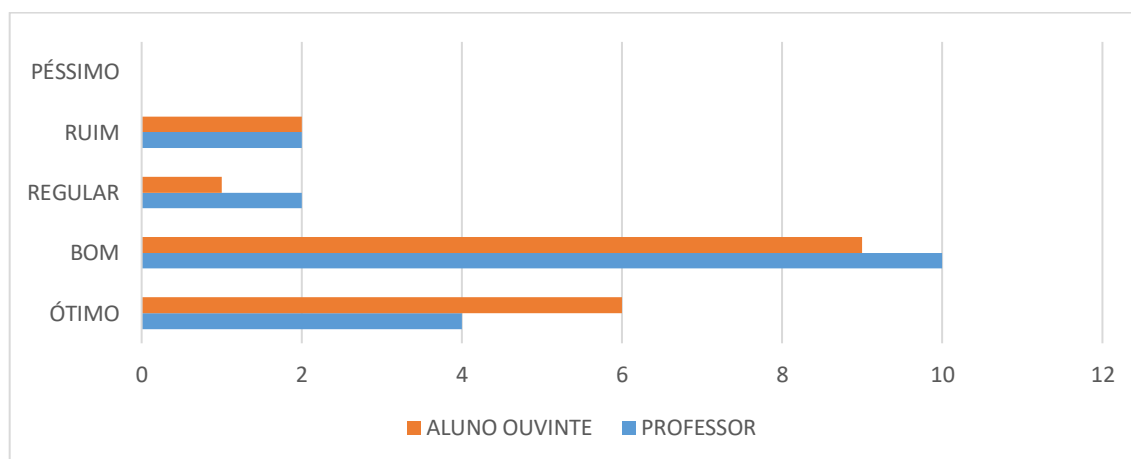


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Nas questões dezesseis e dezessete foi questionado ao aluno surdo sobre como é o seu contato com os alunos ouvintes e os professores da escola.

Nota-se que o contato entre o aluno surdo e o aluno ouvinte em sua grande parte é considerado ótimo/bom e entre o aluno surdo e o professor também podemos notar que é ótimo/bom como pode ser observado na figura 12.

Figura 12: Contato com alunos ouvintes e professores

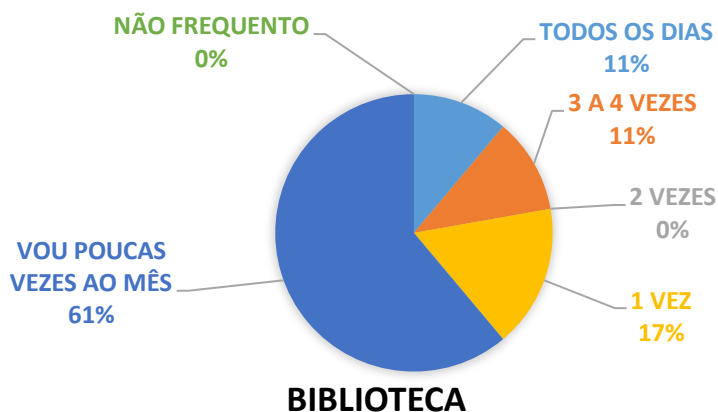


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Nas questões dezoito e dezenove o aluno foi levado a responder com que frequência ele vai à biblioteca da escola e qual a sua frequência em visitar os outros recintos (sala dos professores, coordenação, cantina, etc.).

Observa-se que os surdos frequentam a biblioteca muito pouco, pois 61% disseram que frequentam poucas vezes ao mês, 17% frequentam uma vez na semana, 11% frequentam todos os dias e outros 11% frequentam de 3 a 4 vezes na semana, como podemos observar na figura 13.

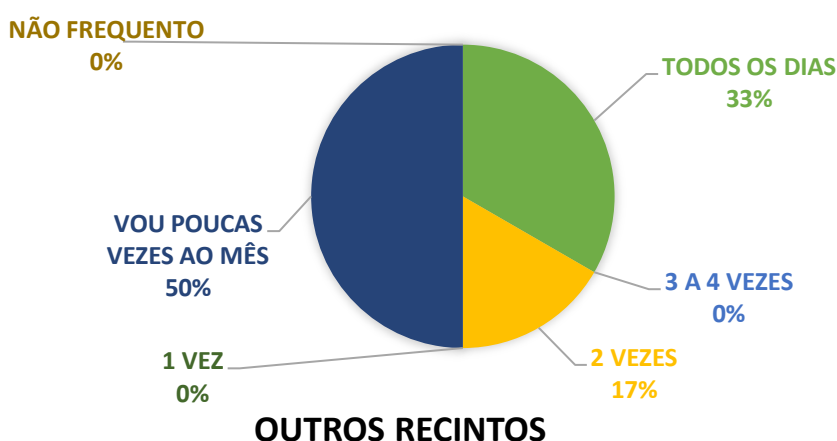
Figura 13: Frequência biblioteca



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Já quando se trata de visitar os outros recintos da escola exceto a biblioteca, nota-se há um pequeno aumento em relação a sua frequência todos os dias, passando de 11% para 33% e a taxa que era de 61% que frequentavam a biblioteca poucas vezes caiu para apenas 50%, com isto podemos observar que a maioria dos surdos preferem visitar outros recintos como demonstra a figura 14.

Figura 14: Frequência outros recintos



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Aos professores foi elaborado um questionário com 17 perguntas abertas e fechadas, obtivemos 3 respostas, onde conseguimos os seguintes dados. Na primeira pergunta era para saber o seu sentimento quando soube que teria um aluno surdo em sua classe.

Observa-se que a maioria dos professores não estão capacitados para receber um aluno surdo em sala de aula, como podemos notar no quadro 6.

Quadro 5: Sentimento professores

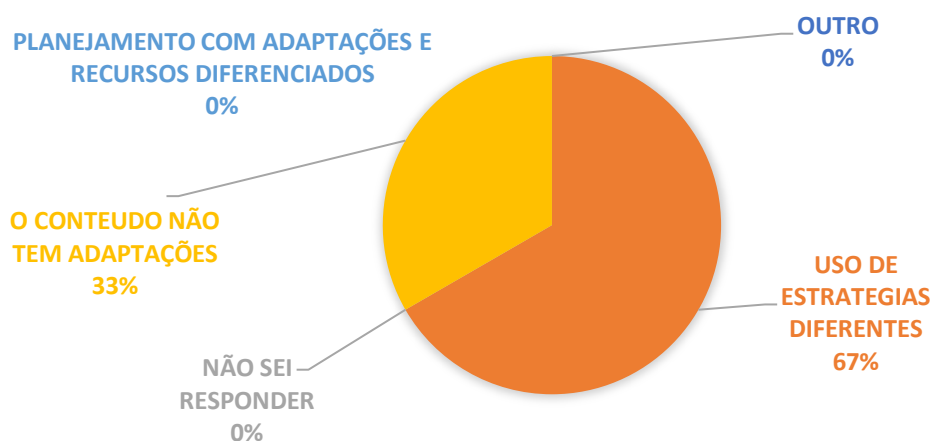
Professor 1	Fiquei surpreso, pois não me deram mais informações e também não tive capacitação para lidar com ele, aprendendo no dia a dia.
Professor 2	Me senti despreparado por não ter a capacitação para lidar com o aluno.
Professor 3	Senti que teria algo diferente, uma novidade, mas gostei da experiência.

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na segunda pergunta foi questionado como é a elaboração do conteúdo junto aos alunos surdos?

Nota-se que os professores em sua grande maioria 67%, buscam por usarem estratégias diferentes para que o aluno surdo possa acompanhar a turma e os outros 33% buscam desenvolver o conteúdo da aula com alguma adaptação.

Figura 15: Elaboração de conteúdo



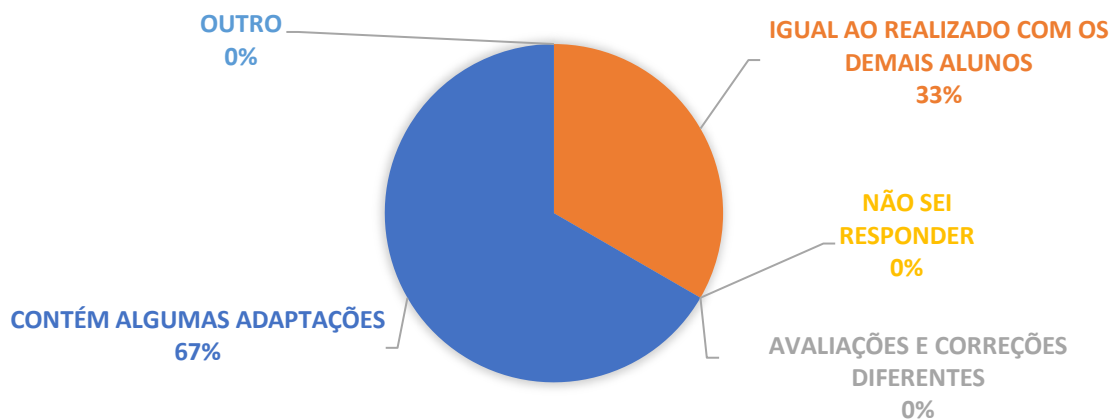
FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Já o processo de avaliação e correções dos conteúdos para o aluno surdo podemos reparar que:

Ao observarmos nota-se que 67% dos professores usam algumas adaptações para avaliarem e corrigirem os conteúdos para os alunos surdos e os outros 33% relatam que não

usam adaptações e o aluno surdo é avaliado de acordo com os demais alunos como podemos observar na figura 16.

Figura 16: Avaliação e correção de conteúdo

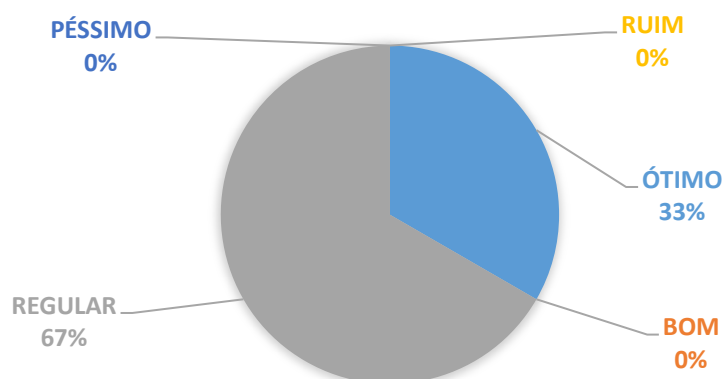


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A quarta pergunta traz consigo como é a participação do aluno surdo em sala de aula.

Observa-se que 67% dos professores relatam que a participação do aluno surdo em sala de aula é regular enquanto 33% relatam ser ótima, como observado na figura 17.

Figura 17: Participação aluno surdo

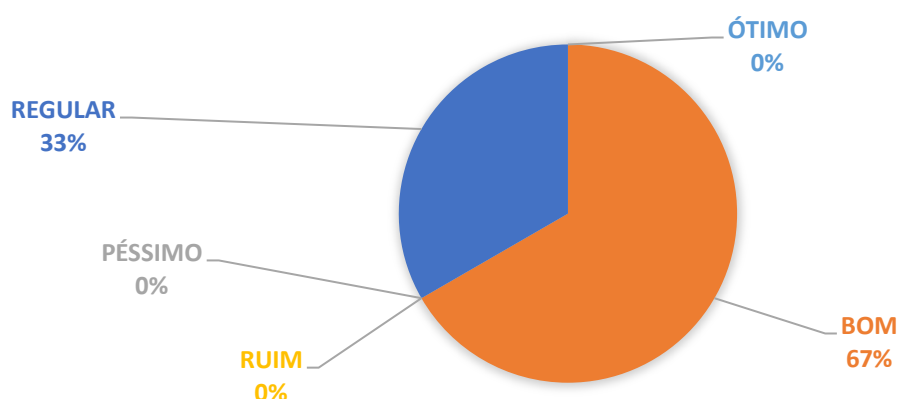


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na quinta pergunta foi para saber do professor o contato do aluno surdo com os colegas ouvintes.

Ao ser questionado sobre o contato entre o aluno surdo e os alunos ouvintes 67% responderam ser bom, enquanto 33% relataram que este contato é regular, como demonstra a figura 18.

Figura 18: Contato surdo e dos ouvintes

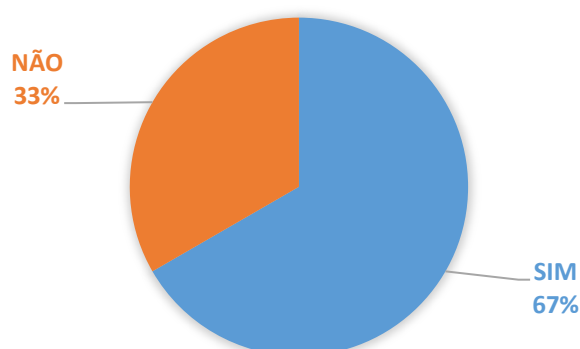


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na sexta pergunta o questionamento foi se havia a necessidade de desenvolver estratégias para favorecer a participação do aluno surdo em sala.

Pode-se observar que 67% dos professores disseram que precisam desenvolver alguma(s) estratégia(s) para favorecer a participação do aluno surdo em sala tais como apostilas e jogos pedagógicos diferenciados, enquanto 33% disseram que não necessitam, como mostra a figura 19.

Figura 19: Desenvolver estratégias diferentes

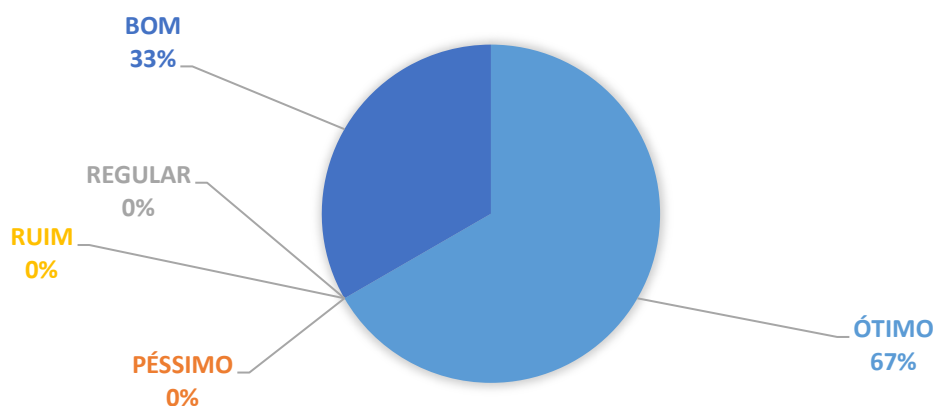


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na sétima pergunta buscamos saber a interação entre o professor e o aluno surdo.

Ao nos depararmos com este questionamento, podemos notar que 100% da interação entre professor e aluno surdo é considerada ótima/boa como demonstra a figura 20.

Figura 20: Interação professor/aluno surdo

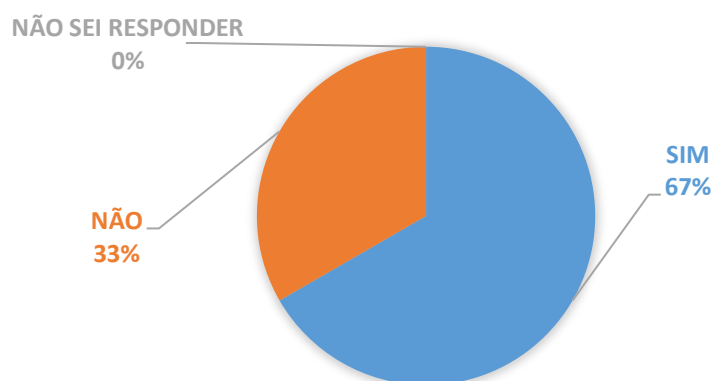


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na oitava pergunta o questionamento feito era para saber se o professor sentiu dificuldade para desenvolver o processo de inclusão do aluno surdo em sua sala de aula.

Os professores aos quais responderam sim representam 67% aonde os mesmos disseram que sentiram dificuldade pela falta de apoio por parte da escola, já os outros 33% responderam que não sentiram dificuldades para desenvolver o processo de inclusão do aluno surdo, pois contam com o apoio da escola, como demonstra na figura 21.

Figura 21: Desenvolver conteúdo

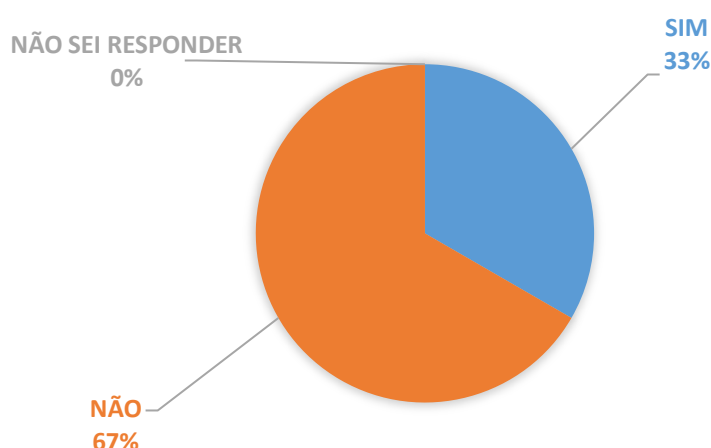


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A nona pergunta para o professor foi voltada para saber se a dificuldade em ensinar o(s) aluno(s) surdo(s).

Como podemos observar 67% dos professores disseram que não tem dificuldade em ensinar o(s) aluno(s) surdo(s), enquanto 33% relatam que sentem alguma dificuldade, como demonstra a figura 22.

Figura 22: Dificuldade em ensinar o aluno surdo

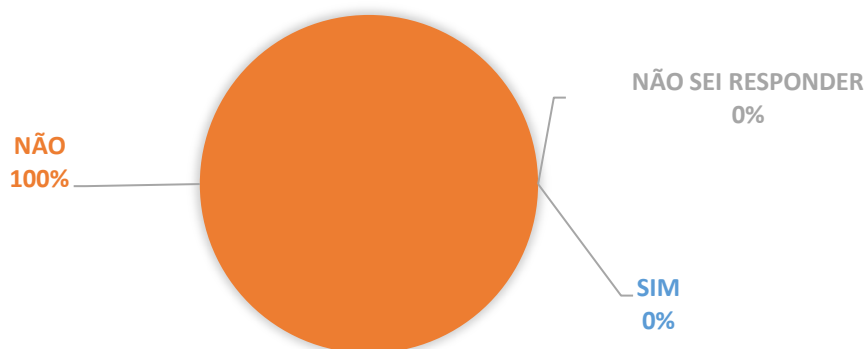


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na décima pergunta o questionamento ao professor era para saber se o mesmo recebeu orientações para promover a inclusão do aluno surdo.

Nota-se que 100% dos entrevistados responderam que “Não”, assim confirmando um descaso tanto para o professor quanto para o aluno surdo, pois tais orientações são de suma importância para a inclusão do aluno surdo em sala de aula, como demonstrado na figura 23.

Figura 23: Recebimento de orientações

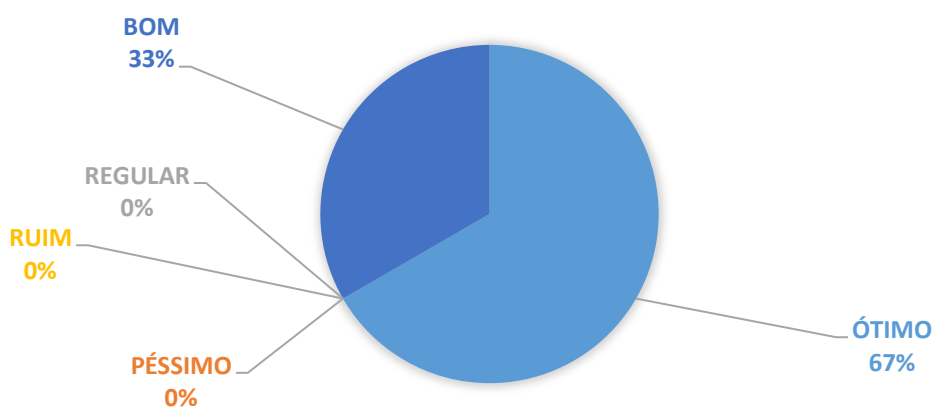


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Outra questão bastante importante é o desempenho escolar do aluno surdo, onde buscamos por meio da décima primeira questão saber.

Observa-se que 67% dos professores entrevistados relatam ser ótimo o desempenho do aluno surdo e outros 33% relatam que seu desempenho é considerado bom, como demonstra a figura 24.

Figura 24: Desempenho aluno surdo

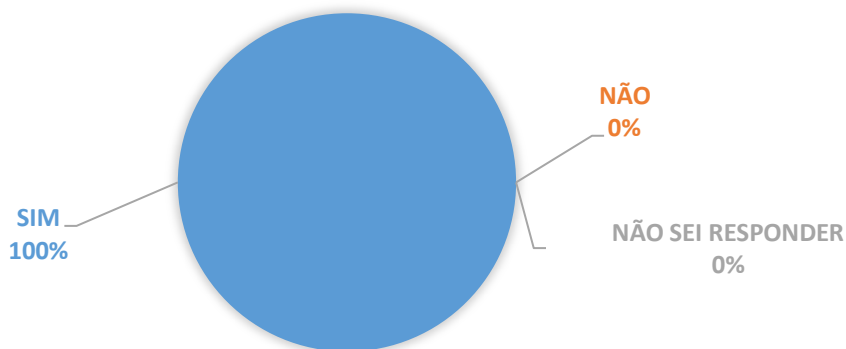


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na décima segunda e na décima terceira pergunta, os professores foram questionados a responder se tinha um intérprete educacional em língua de sinais na escola e qual era sua importância destes para os professores.

Nota-se que 100% dos professores questionados responderam ter um intérprete em sala de aula, como mostra a figura 25.

Figura 25: Intérprete na escola



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Observa-se que para os professores, o intérprete educacional é de grande importância, como relatam em suas falas: estes profissionais são preparados para lidar com os alunos surdos, ajudando no seu desenvolvimento escolar, como demonstrado no quadro 7.

Quadro 6: Importância do intérprete

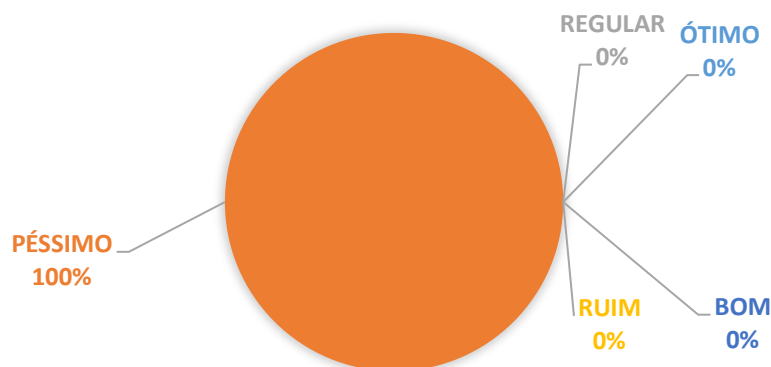
Professor 1	Muito importante.
Professor 2	Muito importante, sem ele seria impossível repassar o conteúdo.
Professor 3	Estes profissionais são importantes, pois são preparados para lidar com os alunos surdos, ajudando os mesmos no seu desenvolvimento.

FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Ao questionarmos os professores sobre o seu grau de conhecimento em LIBRAS e a sua fluência na língua de sinais obtivemos os seguintes resultados.

Nota-se que 100% dos professores não tem conhecimento em LIBRAS, como demonstra a figura 26.

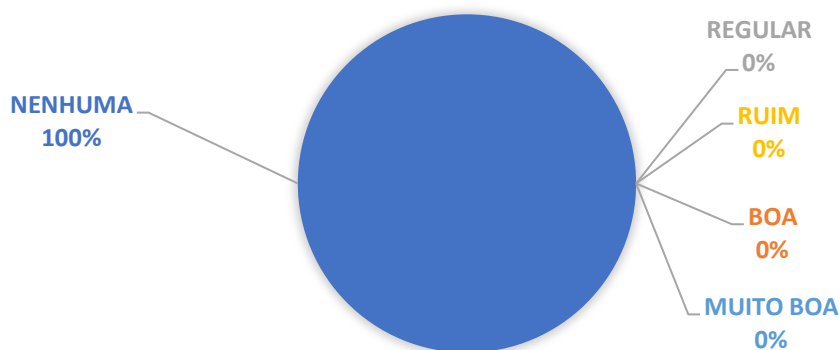
Figura 26: Conhecimento LIBRAS



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Percebe-se que 100% dos professores não tem fluência em LIBRAS, fazendo assim com que seu contato com o aluno surdo seja limitado, pois ao notarmos a figura acima vemos que 100% dos professores não tem conhecimento, acarretando assim este problema de fluência em LIBRAS, como podemos notar na figura 27.

Figura 27: Fluência LIBRAS

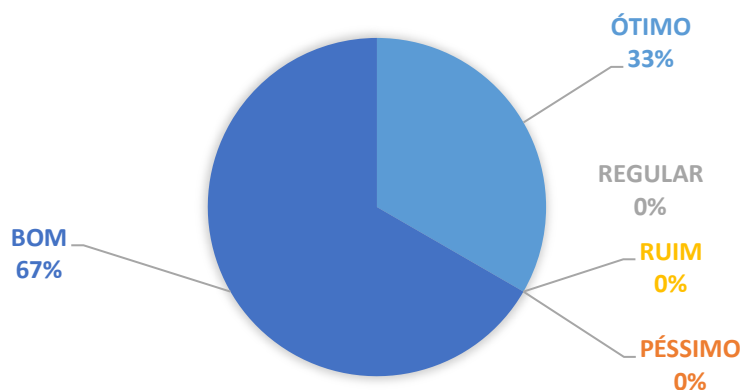


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

Na questão dezesseis o professor foi levado a avaliar a experiência de inclusão do aluno surdo na escola.

Observa-se que 67% dos professores em sua avaliação de inclusão do aluno surdo na escola relataram ser bom, enquanto 33% responderam ser ótimo, como mostra a figura 28.

Figura 28: Inclusão aluno surdo

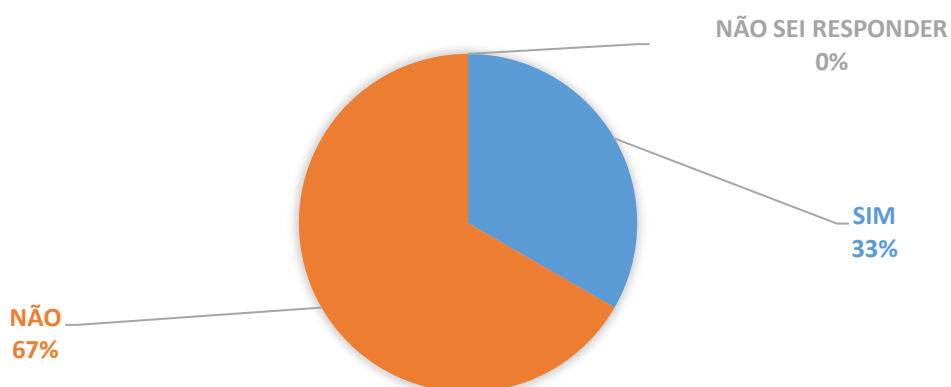


FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

A décima sétima pergunta para os professores foi se há algum outro elemento que considera importante e queira relatar sobre a prática de inclusão.

Dos professores questionados 67% disseram que não tem algum elemento que considera importante que queira relatar, enquanto 33% disseram que deveria ser obrigatório a capacitação de professores em LIBRAS, como mostra a figura 29.

Figura 29: Elemento que considera importante



FONTE: Organizado por Silva e Carvalho (2019)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com esta pesquisa, entender a realidade educacional, social, política e cultural dos Surdos, sobretudo daqueles que frequentam a rede pública de ensino. O objetivo foi, não apenas preencher as lacunas do conhecimento sobre os sujeitos surdos, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais para este grupo cultural.

As informações coletadas servirão de base para um conhecimento e uma reflexão coletiva e de fonte primária para estudos posteriores.

Podemos notar várias considerações após a realização do presente trabalho, vimos com ela, que o conceito de surdez ficou adequadamente claro em nossa concepção, pois diferenciamos a pessoa surda do deficiente auditivo, visto que a pessoa surda não é aquela que possui audição, mas sim, aquela que possui particularidades diferentes ao desenvolver formas de organização de acordo com suas capacidades visuais e gestuais.

Este estudo também nos possibilitou observar o quanto são “bonitas” no papel todas as legislações relacionadas aos surdos, e ao compararmos com a realidade da nossa sociedade hoje, vemos que isto só existem no papel, não possibilitando, dessa forma, a emancipação dos indivíduos.

Outro ponto bastante visado é a formação de professores que através de capacitações na língua brasileira de sinais – LIBRAS, estes profissionais se tornariam habilitados à comunicação com os surdos trazendo assim consigo uma verdadeira inclusão, onde o próprio professor conversaria com o aluno surdo, sem ser preciso o uso de um intérprete e uma melhor adequação de todas as escolas para que assim se torne acessível a todos independente de suas limitações e a modificação da estrutura escolar para assim conseguir receber estes alunos especiais.

Podemos notar ao longo da pesquisa que as principais dificuldades são o diálogo com os demais alunos ouvinte, pois o diálogo entre ambos se torna difícil, onde a maioria dos ouvintes não tem o conhecimento básico sobre a LIBRAS para começar ou manter diálogo com os surdos, pois mesmo que a grande maioria dos surdos não se sentem prejudicados estudando com colegas ouvintes esta comunicação se torna difícil; outras dificuldades são matérias que envolvem cálculo (matemática, física) e língua estrangeira (inglês).

Os principais problemas enfrentados são: a falta de professores qualificados e o medo de receber um aluno surdo em sala. Estes problemas demonstram que o sistema educacional brasileiro está dificultando qualquer possibilidade de inclusão do surdo assim como, também,

das pessoas com deficiência, ou seja, impossibilitando seu acesso à educação, meio este fundamental para as relações sociais.

5.1. Limitações da pesquisa

Foram encontradas algumas dificuldades para a realização da pesquisa, tais como a pequena quantidade identificada de surdos no ensino básico, com isto para se ter um alcance maior para os surdos, questionários foram aplicados na UFT e no IFTO com a adição de 12 pessoas que aceitaram fazer a pesquisa; houve também uma pequena quantidade de professores que responderam à pesquisa, pois tinha receio/medo de ser perseguidos pelas respostas no questionário.

5.2. Trabalhos futuros

Esta pesquisa de estudo de caso não só veio demonstrar como anda a educação dos alunos surdos no município de Porto Nacional, mas também através dela buscar melhorias para o aprendizado dos alunos, diminuindo a grande evasão destes. Através dos vários questionamentos podemos ver claramente as dificuldades que o aluno surdo vive em seu dia-a-dia, desde a comunicação com demais pessoas ouvintes, a matérias com símbolos estranhos. Mediante esta pesquisa a criação de um artigo para a apresentação dos resultados obtidos se torna bastante relevante, pois sua apresentação em eventos para a comunidade, gestores e a própria secretaria de educação é um passo essencial para uma comunidade mais igualitária, pois através dele mudanças podem ser feitas para que os surdos possam ter uma educação de mais qualidade.

6. REFERÊNCIAS

_____. Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf> >. Acesso em: jun. 2019.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan.2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: mar. 2019.

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Introdução à língua brasileira de sinais**. Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2013.

BARBOSA, Waldir de Albuquerque. **Políticas públicas e educação**. Manaus: Valer, 2008. BRASIL.

BERNARAB, Liazid; OLIVEREIRA Celso Socorro. **ESTUDO DA LÍNGUA BRASILEIRA DOS SINAIS E DA LÍNGUA DOS SINAIS FRANCESA ATRAVÉS DA SUA FORMAÇÃO E DA INFLUÊNCIA DO SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE MILÃO NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS**. Londrina. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/080.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education: an introduction for to theory and methods**. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

CAIADO, Elen Cristine Maia Campos. **Conhecendo a Língua de Sinais**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescuela.uol.com.br/fonoaudiologia/conhecendo-lingua-sinais.htm>>. Acesso em: jun. 2019.

CAMPELLO, A.R de S. **Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos**. In: QUADROS, -- _____. R.M. PERLIN, G. (organizadoras). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Petrópolis: Arara Azul, 2007.

CAMPOS, M. L. I. L. **Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes**. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61.

CAPOVILLA, Fennando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira – O mundo do surdo em Libras**. Vol III 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2005. Censo Demográfico 2010. **CD 2010 Questionário da Amostra**. Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf >. Acesso em: mar. 2019.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **Na relação professor-aluno, cada criança é um universo infinito de possibilidades**. Revista Educação Pública. Rio de Janeiro, Cecierj, v. 13, nº 12, p. 1-2, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: mar. 2019

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art4ji>. Acesso em: fev. 2019.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: fev. 2019.

DIZEU, L.C.T.B.; CAPORALI. S.A. **A Língua De Sinais Constituindo O Surdo Como Sujeito**. Campinas, v.26, n.91, p.583-597, mai/ago. 2005. Disponível em:. Acesso em:jun. 2019.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Porto Alegre: Ibpx, 2006.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: mar. 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** São Paulo, Campinas. Cadernos_____Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 3 ed.. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEGENT, François. **Approche de la pédagogie institutionnelle des sourds-muets jusqu'en 1900.** Université de Nantes. Paris. 2005. Disponível em: <<http://www.bium.univ-paris5.fr/histmed/medica/orld.htm>>. Acesso em: jun 2019.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MACHADO, Fernanda de Camargo; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Formar, tolerar, incluir: tríade de governo dos professores de surdos.** In: LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; LOPES, Maura Corcini; MACHADO, Fernanda de Camargo (org.). **Cadernos de Educação,** Pelotas, ano 19, n. 36, p. 19-44, maio-ago. 2010.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. In: ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda.** Pátio - Revista Pedagógica. v. 5, n. 20, Porto Alegre: ARTMED, p. 18-23, 2002.

MARCHESE, Alvaro. **Desenvolvimento e Educação das Crianças Surdas.** In: **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

MINETTO, Maria de Fatima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação de necessidades especiais: uma perspectiva internacional (sumário).** SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 2001, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: PUC MINAS, 2001. p. 34-41.

QUADROS, Ronice Muller de. **Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola.** Letras de Hoje, Porto Alegre, v.39,n.3 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Sociais_____ in **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Teoria e prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Leandro. **O que é Deficiência Auditiva e Surdez?**. Instituto Itard. 2017. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/o-que-e-deficiencia-auditiva-e-surdez/>>. Acesso em: jun. 2019.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: INEP, 2002.
SALES, A. M. et al. **Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional**. Seminário apresentado na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2010.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out. /2005, p. 718.

SANTANA, A. P. e BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educação & Sociedade, v. 26, n. 91, 2005, p. 565–582. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302005000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em jun. 2019.

SAVIANI, D. XX – formação de professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas: Entrevista**. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpx, 2010.

SILVA, L. C.; RODRIGUES, M. M. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na Educação Inclusiva**. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; FERREIRA, J. M. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2011.

SILVEIRA, Joseane Novaes da. **INCLUSAO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**. Disponível em: < http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4468/1/MD_EDUMTE_2014_2_123.pdf >. Acesso em: abr. 2019

SKLIAR, C.B. **Bilinguismo e biculturalismo. Uma Análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos**. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Educação, set. 1997.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdo**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

SOUZA, Juliana Campos Sabino; SOUZA, Edvaldo Alves. **A importância da escola na formação do cidadão: algumas reflexões para o educador matemático**. Partes, São Paulo, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educação/educadormatematico.asp>>. Acesso em: fev. 2019.

STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (org.) **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

STOBÄUS, C. D; Mosquera, J. J. M. (org.) **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. 2. ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2004.

STROBEL, Karin. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

VIGOSTKI, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. (Trad. SALES, D. R.; OLIVEIRA, M. K.; MARQUES, P. N.) **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 4, 2011. p. 861-870.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO



TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EDUCAÇÃO REGULAR E EJA EM ESCOLAS DE PORTO NACIONAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL – ERSON DOUGLAS PIRES CARVALHO

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Diante do cenário apresentado pela proposta da educação inclusiva, o acesso à escola é garantido por lei para estudantes com deficiência, assim, estudos voltados para a análise e discussão das condições deste acesso e permanência são de extrema importância para a busca da garantia de sua conclusão. Neste cenário, o presente estudo está focalizado em demonstrar as adversidades sustentadas na inclusão alunos surdos em sala de aula com o objetivo de debater o problema que envolve a inclusão do aluno surdo no ensino regular, EJA e Superior, esse estudo se propõe a analisar aspectos envolvidos em tal problema a partir da visão dos professores e os alunos surdos inseridos na Rede Pública no município de Porto Nacional – TO matriculados no ensino regular e na modalidade EJA. Desta forma, considerando a percepção do surdo como a melhor para questionar seu próprio processo educacional, que será feito através de um questionário.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA

Riscos mínimos, pois não é necessária a identificação do respondente.

BENEFÍCIO DA PESQUISA

Consiste em ampliar o debate sobre a inserção do aluno surdo no ensino regular e no ensino EJA.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Quando necessário, o voluntário poderá procurar o pesquisador para esclarecer sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa. Basta procurar o pesquisador Erson Douglas Pires Carvalho, pelo telefone (63) 98481 - 7592 ou ainda por e-mail: ersondouglass@gmail.com.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em quadros, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que

propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do RG _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Estou ciente que esta pesquisa atende preceitos éticos dispostos na Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisas envolvendo seres humanos e que recebi cópia desse documento por mim assinado.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PARA MENORES DE IDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PARA MENORES DE IDADE

Eu, _____, portador do número de identidade nº _____, responsável pelo(a) estudante menor de idade _____, autorizo sua participação na pesquisa de conclusão de curso com o tema “EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EDUCAÇÃO REGULAR E EJA EM ESCOLAS DE PORTO NACIONAL”.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura dos pais ou responsáveis

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AO DIRETOR ESCOLAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO



TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EDUCAÇÃO REGULAR E EJA EM ESCOLAS DE PORTO NACIONAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL – ERSON DOUGLAS PIRES CARVALHO

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Diante do cenário apresentado pela proposta da educação inclusiva, o acesso à escola é garantido por lei para estudantes com deficiência, assim, estudos voltados para a análise e discussão das condições deste acesso e permanência são de extrema importância para a busca da garantia de sua conclusão. Neste cenário, o presente estudo está focalizado em demonstrar as adversidades sustentadas na inclusão alunos surdos em sala de aula com o objetivo de debater o problema que envolve a inclusão do aluno surdo no ensino regular, EJA e Superior, esse estudo se propõe a analisar aspectos envolvidos em tal problema a partir da visão dos professores e os alunos surdos inseridos na Rede Pública no município de Porto Nacional – TO matriculados no ensino regular e na modalidade EJA. Desta forma, considerando a percepção do surdo como a melhor para questionar seu próprio processo educacional, que será feito através de um questionário.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA

Riscos mínimos, pois não é necessária a identificação do respondente.

BENEFÍCIO DA PESQUISA

Consiste em ampliar o debate sobre a inserção do aluno surdo no ensino regular e no ensino EJA.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Quando necessário, o voluntário poderá procurar o pesquisador para esclarecer sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa. Basta procurar o pesquisador Erson Douglas Pires Carvalho, pelo telefone (63) 98481 - 7592 ou ainda por e-mail: ersondouglass@gmail.com.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em quadros, figuras ou gráficos e

divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do RG _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, como Diretor da instituição de ensino _____ livremente expresse meu consentimento para a realização da pesquisa, por isto dato e assino.

Data: ____/____/____

Assinatura e Carimbo

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DO ALUNO SURDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EDUCAÇÃO REGULAR E EJA EM ESCOLAS DE PORTO NACIONAL**

1. VOCÊ MUDOU DE UMA ESCOLA ESPECIAL PARA A ESCOLA INCLUSIVA?

() SIM.

() NÃO, JÁ FUI PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA.

() NÃO SEI RESPONDER.

2. AO INICIAR SEUS ESTUDOS, COMO ERA SEU RELACIONAMENTO JUNTO AOS COLEGAS OUVINTES?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

3. QUAL É O SEU RELACIONAMENTO AGORA ESTUDANDO JUNTO COM COLEGAS OUVINTES?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

4. O QUE VOCÊ CONHECE E UTILIZA:

() LIBRAS

() LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA

() LEITURA LABIAL

() PRÓTESE AUDITIVA

5. VOCÊ SE SENTE PREJUDICADO POR ESTA NUMA SALA COM A MAIORIA OUVINTE?

() SIM () NÃO () UM POUCO () NÃO SEI RESPONDER

6. VOCÊ SENTIU ALGUMA DIFICULDADE AO VIVER ESSA EXPERIÊNCIA? SE SENTIU, FALE UM POUCO SOBRE ELAS.

7. QUAL(IS) DISCIPLINA(S) QUE TEM MAIS DIFICULDADE EM APRENDER?

- | | |
|--|--|
| ☐ LÍNGUA PORTUGUESA | ☐ INGLÊS |
| ☐ MATEMÁTICA | ☐ GEOGRAFIA |
| ☐ BIOLOGIA | ☐ HISTÓRIA |
| ☐ FÍSICA | ☐ SOCIOLOGIA |
| ☐ QUÍMICA | ☐ EDUCAÇÃO FÍSICA |
| ☐ FILOSOFIA | ☐ OUTRA_____ |

8. QUAL(IS) DISCIPLINA(S) QUE TEM MAIS FACILIDADE EM APRENDER?

- | | |
|--|--|
| ☐ LÍNGUA PORTUGUESA | ☐ INGLÊS |
| ☐ MATEMÁTICA | ☐ GEOGRAFIA |
| ☐ BIOLOGIA | ☐ HISTÓRIA |
| ☐ FÍSICA | ☐ SOCIOLOGIA |
| ☐ QUÍMICA | ☐ EDUCAÇÃO FÍSICA |
| ☐ FILOSOFIA | ☐ OUTRA_____ |

9. HÁ UM INTERPRETE EDUCACIONAL QUE TE ACOMPANHA DURANTES AS AULAS?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI RESPONDER.

10. QUE SUGESTÕES VOCÊ DARIA PARA A ESCOLA EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS?

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA EXPERIÊNCIA ESTUDANDO NUMA ESCOLA INCLUSIVA?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

12. VOCE PARTICIPA DE ALGUMA COMUNIDADE SURDA?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI RESPONDER.

13. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM EVENTO PELA ESCOLA?

☐ PROJETO DE PESQUISA ☐ NÃO
☐ ESPORTE ☐ NÃO SEI RESPONDER.
☐ TEATRO ☐ OUTRO_____.

14. O INTERPRETE ESTÁ SEMPRE DISPONÍVEL?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ AS VEZES ☐ NÃO SEI RESPONDER.

15. VOCÊ TEM CONTATO COM OS DEMAIS ALUNOS SURDOS DA ESCOLA?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ AS VEZES ☐ NÃO SEI RESPONDER.

16. COMO É O SEU CONTATO COM OS DEMAIS ALUNOS OUVINTES DA ESCOLA?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

17. COMO É O SEU CONTATO COM OS PROFESSORES DA ESCOLA?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

18. COMO QUE FREQUENCIA NA SEMANA VOCÊ VAI A BIBLIOTECA DA ESCOLA?

☐ TODOS OS DIAS ☐ 3 A 4 VEZES ☐ 2 VEZES ☐ 1 VEZ
☐ VOU POUCAS VEZES NO MÊS ☐ NÃO FREQUENTO

19. COMO QUE FREQUENCIA VOCÊ FREQUENTA OS DEMAIS RECINTOS DA ESCOLA (SALA DOS PROFESSORES, COORDENAÇÃO, CANTINA, ETC.)?

- () TODOS OS DIAS () 3 A 4 VEZES () 2 VEZES () 1 VEZ
 () VOU POUCAS VEZES NO MÊS () NÃO FREQUENTO

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
 CAMPUS PORTO NACIONAL
 COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO



EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS: AS DIVERSIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EDUCAÇÃO REGULAR E EJA EM ESCOLAS DE PORTO NACIONAL

1. O QUE VOCÊ SENTIU QUANDO SOUBE QUE TERIA ALUNO SURDO EM SUA SALA DE AULA?

2. COMO VOCÊ DESENVOLVE O CONTEÚDO JUNTO AOS ALUNOS SURDOS?

- () PLANEJAMENTO COM ADAPTAÇÕES E RECURSOS DIFERENCIADO
 () USO DE ESTRATÉGIAS DIFERENTES
 () O CONTEÚDO NÃO TEM ADAPTAÇÕES
 () NÃO SEI RESPONDER
 () OUTRO_____.

3. COMO VOCÊ ORGANIZA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CORREÇÃO DOS CONTEÚDOS PARA OS ALUNOS SURDOS?

- () AVALIAÇÕES E CORREÇÕES SÃO DIFERENTES
 () IGUAL AO REALIZADO COM OS DEMAIS ALUNOS
 () CONTÉM ALGUMAS ADAPTAÇÕES
 () NÃO SEI RESPONDER
 () OUTRO_____.

4. A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE AULA É?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

5. O CONTATO ENTRE O ALUNO SURDO E OUVINTES É?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

6. HOUVE A NECESSIDADE DE DESENVOLVER ALGUMA ESTRATÉGIA PARA FAVORECER A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO SURDO?

7. SUA INTERAÇÃO COM O ALUNO SURDO É?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

8. VOCÊ SENTIU DIFICULDADES PARA DESENVOLVER O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM SUA SALA DE AULA?

() SIM () NÃO () NÃO SEI RESPONDER.

SE SIM QUAIS?

9. TEM DIFICULDADES PARA ENSINAR OS ALUNOS SURDOS?

() SIM () NÃO () NÃO SEI RESPONDER.

SE SIM PORQUE?

10. VOCÊ RECEBEU ORIENTAÇÕES PARA PROMOVER A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO?

() SIM () NÃO () NÃO SEI RESPONDER.

SE SIM EM QUE MOMENTOS OCORRERAM? COMO FORAM ESSAS ORIENTAÇÕES?

11. O DESEMPENHO ESCOLAR DO ALUNO SURDO É?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

12. HÁ INTÉRPRETE EDUCACIONAL EM LÍNGUA DE SINAIS NA ESCOLA?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI RESPONDER.

13. QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DESSE PROFISSIONAL?

14. QUAL O SEU GRAU DE CONHECIMENTO DA LIBRAS?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

15. QUAL SUA FLUÊNCIA EM LIBRAS?

☐ ÓTIMA ☐ BOA ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMA

16. COMO VOCÊ AVALIA A EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA?

☐ ÓTIMO ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM ☐ PÉSSIMO

17. HÁ ALGUM OUTRO ELEMENTO QUE CONSIDERA IMPORTANTE E QUEIRA RELATAR SOBRE A PRÁTICA DA INCLUSÃO?
